UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
MESTRADO EM LETRAS

TOMÁS MENDES DA SILVA

IMAGENS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-95) NA LITERATURA E NA HISTÓRIA

Rio Grande - RS
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
MESTRADO EM LETRAS

IMAGENS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-95) NA LITERATURA E NA HISTÓRIA

TOMÁS MENDES DA SILVA

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em História da Literatura, sob orientação do Professor Dr. Carlos Alexandre Baumgarten, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Rio Grande - RS
2015

TOMÁS MENDES DA SILVA

IMAGENS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-95) NA LITERATURA E NA HISTÓRIA

Banca Examinadora

_____

Prof. Dr. Carlos Alexandre Baumgarten - FURG

- Presidente -

_____

Profª. Dr. Mauro Nicola Póvoas - FURG

- Membro -

_____

Prof. Dr. Pedro Brum Santos - UFSM

- Membro -

Rio Grande, 9 de novembro de 2015

Resultado: Aprovado

Dedico esta dissertação à minha companheira Márcia Letícia, pelo apoio incondicional e constante incentivo. Como na música do Chicago “You're the inspiration”.

E dedico também aos meus pais, Jussara e Júlio, pelo incentivo à leitura.

Ao vô Antônio Boaventura e a vó Inah Caldas, *in memoriam.*

..

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Alexandre Baumgarten, pela confiança e liberdade referente ao presente trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo fomento ao desenvolvimento da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em História da Literatura que com tanto entusiasmo me acolheu e às minhas ideias.

A todos os professores do programa que não apenas com suas aulas, mas com suas pesquisas e posturas acadêmicas ensinaram e inspiraram.

Aos professores do curso de História, Carmen Schiavon e Daniel Prado, pelo incentivo à continuação de meus estudos.

A todos os colegas de turma, dividimos conhecimentos, dicas, dúvidas e bons momentos. Em especial aos colegas Márcia Letícia, Nadson, Yuly, Elizabeth, Mitcheia, Wellington, Daniel, Lucilene, Bruno, Cherlise, Alexandre, Louise, Daiane, Karine, Leandro, Renato, Yanna, Carolina e Luciana pelos frequentes e produtivos debates.

Ao eterno colega Fabrício Senna, pelos livros pertinentes ao conteúdo deste trabalho, pelas histórias e constantes incentivos.

À equipe pedagógica do Colégio Estadual Lemos Junior pela compreensão e apoio ao longo do curso.

Depois, a guerra civil, a luta inglória e sangrenta dos irmãos.
Darcy Azambuja

Revolução? Guerra servia pra se tirar vingança, se ficar com o alheio e se trazer na garupa o chinaredo-flor.
Alcides Maya

RESUMO

A Revolução Federalista (1893-95) foi um conflito que se iniciou no estado do Rio Grande do Sul na recém instituída República do Brasil (1889). A disputa entre gaúchos acabou invadindo a fronteira de Santa Catarina e Paraná, além de envolver elementos uruguaios e argentinos. Estancieiros e outros com tendências monarquistas, liderados por Gaspar Silveira Martins, se rebelaram contra o poder exercido pela figura de Júlio de Castilhos, republicano que recebeu apoio do Exército Nacional de Floriano Peixoto no conflito. A Revolução fez história, deixou número considerável de mortos e ficou conhecida pela violência com que eram executados os prisioneiros, sendo as degolas comuns naquele meio. Nesse sentido, sendo um acontecimento de relevância na história do estado e deixando um rastro de morte e defesa de ideais, natural que as narrativas literárias se apropriassem do evento e o recontassem com cores fortes. Com foco nas escritas literárias que se desenvolveram tendo por tema o evento, desenvolveu-se o presente estudo, que teve por objetivo analisar parte dos textos que foram reunidos na obra *Literatura e Guerra Civil de 1893.*

Palavras-chave: História. Literatura. Revolução Federalista.

RÉSUMÉ

La Révolution fédéraliste (1893-1895) a éte un conflit qui a commencé dans l'état du Rio Grande do Sul, dans la République du Brésil (1889), qui venait d'être constituée. La dispute entre les gauchos a envahi la frontière de Santa Catarina et Paraná et, en plus, a fait participé d'autres éléments uruguais et argentins. Les grands propriétaires de fermes et d'autres avec des tendances monarchistes, escortés par Gaspar Martins Silveira, se sont rebellés contre le pouvoir exercé par Júlio de Castilhos, un républicain qui a reçu le soutien de l"Armée Nacional escortée par Floriano Peixoto dans le conflit. La Révolution a fait d'histoire, a laissé un nombre considérable de morts et est devenue connue pour la violence avec laquelle les prisonniers étaient exécutés, les égorgements étaient courants. Dans ce sens-là, étant un événement important dans l'histoire de l'État et laissant des traits de mort et de défense des idéaux, c'est naturel que les récits littéraires s'appropriassent de l'événement et le recontait avec des fortes couleurs. Cette étude s'est développée ayant par objectif les écrits littéraires qui se sont développées sur le thème de l'événement. Il a envisagé l'analyse d'une partir des textes qui ont été recueillis dans l'ouvre *Literatura e Guerra Civil* 1893.

Mot-clé: Histoire. Littérature. Révolution Fédéraliste.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÃO INICIAIS 10

1 TRAÇANDO LINHAS DE FRONTEIRAS: Diálogos entre História e Literatura. 13

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA REVOLTA DA DEGOLA 25
2.1 Da Degola 53

3 A REVOLUÇÃO NA LITERATURA 53
3.1 Passado 53
3.1.1 *Bandido*, de Roque Callage 53
3.1.2 *Chiru*, de João Fontoura 56
3.1.3 *Os devaneios do general*, de Erico Verissimo 58
3.1.4 *Bicho Tutu*, de Apparício Silva Rillo 63
3.2 Presente 58
3.2.1 *Inimigos*, de Alcides Maya 58
3.2.2 *Velhos tempos*, de Darcy Azambuja 73
3.2.3 *A travessia*, de Josué Guimarães 77
3.2.4 *Vendeta*, de Laury Maciel 82

CONSIDERAÇÕES FINAIS 86

REFERÊNCIAS 91

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Mal havia a República assentado lugar no Brasil (1889), o Rio Grande do Sul encontrava-se em meio a uma feroz disputa política, na qual tomava parte o Partido Liberal – com marcada presença durante o Segundo Reinado (1840-89) – e o novato Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

O primeiro grupo defendia, entre diversas coisas, a reinstalação de um regime parlamentarista – aos moldes daquele que existira na monarquia de D. Pedro II –, em prol de um Estado mais descentralizado enquanto poder. Entre a diversidade de posturas encontradas nessa agremiação, havia a antirrepublicana de Gaspar Silveira Martins, o líder do Partido.

Do outro lado do *front* – até então uma disputa política e ideológica propriamente dita – estava Júlio de Castilhos e os republicanos. Alcunhados de pica-paus, eram seguidores da filosofia positivista do francês Augusto Comte. Castilhos e os seus defendiam o regime republicano centralizador, com um forte presidencialismo, como o de Floriano Peixoto (1891-94).

O ponto alto da disputa pelo poder ficaria conhecido mais tarde como Revolução Federalista (1893-95). Durante dois anos e alguns meses o pampa serviu de cenário e testemunha para violentos combates.

A fratricida luta, iniciada pelos políticos, arrastou milhares para a morte. Uma revolta que não fazia distinção entre homens e mulheres, crianças e idosos. Um conflito cruel, em que a degola de prisioneiros era o modo de execução e a vingança, muitas vezes, a motivação.

Por contar em suas hostes com estancieiros que tinham terras além da fronteira, o conflito algumas vezes se deu em solo uruguaio e argentino (aqui em menor proporção). Além dos vizinhos platinos, foram também envolvidos os estados de Santa Catarina e Paraná. Apenas no governo de Prudente de Morais (1894-1898), mais precisamente em agosto de 1895, os conflitantes selariam a paz.

Sendo assim, ao longo do tempo, a importância do evento deu origem a uma tradição literária de contos, romances, canções, narrativas orais e, mais recentemente, produções visuais.

Em 1993, ao completar cem anos do começo do conflito, foi publicado o livro *Literatura e Guerra Civil de 1893*, organizado pelos professores Carlos A.

Baumgarten e Maria E. Moreira. A obra reuniu onze textos cuja temática, de alguma forma, relaciona-se com a disputa política do fim do século XIX.

Do total de onze textos que compõem a coletânea aqui trabalhada, oito narrativas são propriamente contos, enquanto os três restantes são capítulos de romances sul-rio-grandenses [1]. Para o presente estudo foram selecionados apenas os contos. A seguir, um brevíssimo comentário sobre cada texto, em ordem cronológica de publicação original.

O primeiro deles é “Inimigos” (1911), de Alcides Maya. Retrata as desavenças de dois irmãos que na Revolução selam seus destinos. Roque Callage publicou “Bandido” (1921), texto que apresenta um exaltado e violento partícipe do conflito. Severo, o protagonista de “Velhos Tempos” (1925), vive a solidão e a nostalgia da vida no campo nesse conto de Darcy Azambuja. A vingança, um dos sentimentos que prevaleceram durante a revolta, é o mote de “Chiru” (1929), escrito por João Fontoura.

Erico Veríssimo contribui com “Os devaneios do general” (1942), que destaca as lembranças de um velho e rancoroso combatente. “Bicho Tutu” (1976), de Apparício Silva Rillo, é um conto que detalha o perfil de um frio degolador desde o seu recrutamento ainda jovem até a sua velhice.

Um grupo em uma fuga desesperada. Essa é a trilha de “A travessia” (1979), narrativa de autoria de Josué Guimarães. Por fim, “Vendeta” (1983), de Laury Maciel, narra – em três atos – a vingança plena entre maragatos e pica-paus.

Tendo em vista as relações entre literatura e história, como os estudos de Sandra Pesavento (1983), e a ocorrência de poucos estudos envolvendo a temática ora exposta, pretendeu-se empreender a análise dos oito contos reunidos na antologia supracitada.

A partir desta proposta, perceber o reflexo do evento histórico nos contos analisados é uma das questões norteadoras do presente trabalho. Verificar possíveis semelhanças e diferenças entre o discurso histórico e o ficcional a partir do mesmo tema. E, dividindo os contos entre aqueles em que a narrativa se constrói concomitantemente ao conflito, ou seja, é narrada no tempo presente e aquelas em que o olhar do narrador se volta para o passado, foram organizadas as análises.

[1] Os livros que possuem capítulos inseridos na coletânea são: *O louco do Cati* (1942), de Dyonélio Machado; *Caminhos do Sul* (1945), de Ivan Pedro Martins e *Petrona Carrasco, 1893* (1990), de Valter Sobreiro Jr.

Quanto à estrutura desta dissertação, optou-se por três capítulos. No primeiro deles são estabelecidas relações entre história e literatura. No segundo capítulo, são apresentados os caracteres históricos da Revolução Federalista. No terceiro capítulo é apresentada uma leitura dos contos selecionados. Nesta leitura, consideraram-se como elementos norteadores das análises os contos que foram escritos com o olhar voltado para o passado e aqueles que foram escritos tendo considerado a revolução no momento presente da narrativa.

1 TRAÇANDO LINHAS DE FRONTEIRAS: DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA

[...] as fronteiras em parte se diluem quando entrecruzamos história e literatura.
Sandra J. Pesavento

História e Literatura. Dois campos do conhecimento. Desde sempre, conceitos que, ora caminharam juntos, ora distantes: porém a ligação entre ambos sempre existiu.

Na história da escrita, muitas vezes, as narrativas históricas e ficcionais se confundiram. Ou melhor, um texto que se propunha como histórico, atravessa gerações como um material literário, por exemplo. E vice-versa.

Mas haveria uma diferença entre uma narrativa ficcional e uma narrativa histórica? Se sim, caberia a quem revelar tal diferença sobre os textos? Leitores? Estudiosos?

Desde a Antiguidade Clássica, realidade e ficção aparecem como constituintes da História. Os escritores gregos, como Tucídides e Xenofonte, são exemplos de historiadores que transitaram entre história e ficção.

Frequentemente citado como um historiador "científico" e objetivo, Tucídides retrata em sua obra *História da Guerra do Peloponeso* alguns discursos, como do famoso Péricles, entre outros. Porém, Peter Burke (1997) destaca que muitos discursos foram inventados por Tucídides, já que a invenção de discursos pelos historiadores que afirmavam dizer a verdade não era considerada uma prática aética. Quer dizer, leitores e escritores gregos não colocavam uma linha clara entre a ficção e a história, da mesma forma que os historiadores de hoje.

Sendo assim, percebe-se que na Grécia Antiga encontra-se uma prática cultural em que a distinção entre ficção e história era autoconsciente, do que deriva nossa própria consciência da distinção (BURKE, 1997). É também uma cultura na qual a fronteira era mais aberta e/ou colocada num lugar diferente, se comparada ao Ocidente dos séculos XIX e XX.

Para o historiador inglês (1997), na Idade Média, a fronteira era extremamente aberta, de difícil localização: um texto que hoje poderia ser

encontrado, em uma biblioteca, na seção “ficção”, era “história” para os leitores medievais. Como exemplo, “romances” de Artur e Carlos Magno.

Já no Renascimento, observa-se um aparente retorno aos padrões clássicos, somando algumas modificações menos óbvias, mas não menos importantes.:

> Como no caso de Aristóteles, e seguindo Aristóteles, humanistas e outros fizeram distinções explícitas entre história e ficção. O humanista Bartolomeo Facio, por exemplo, declarou que “chamamos uma narrativa inventada de ‘fábula’ e uma verdadeira de ‘história’”. O pregador Girolamo Savonarola contrastava *le favole dei poeti* com a *verità di storia* (BURKE, 1997, p. 109)

Os casos acima citados demonstram que, como no caso dos historiadores da antiguidade – gregos e romanos –, encontram-se na prática muitos exemplos de evidentes transgressões da fronteira.

Entre os séculos XVII e XVIII, leitores iriam acompanhar o surgimento de um novo gênero: a *nouvelle historique*. O que denotaria um caráter histórico nesses textos seria uma preocupação em envolver, principalmente, ditos personagens e acontecimentos históricos reais.

Peter Burke elenca alguns exemplos e suas motivações:

> Entre os exemplos mais famosos do gênero estão duas histórias do Abbé de Saint-Real, *Dom Carlos* (1672) e *La Conjuration de Venise* (1674), *Marie Stuart* (1675) de Boisguilbert, e *Le comte d’Ulfeldt* (1678), de Rousseau de la Vallette. A fim de dar aos leitores a impressão de que esses textos eram fontes históricas, Saint-Réal, que escrevera sobre história antes de se dedicar à ficção, incluiu notas de rodapé, ao passo que Boisguilbert afirmava estar contando a “verdade” e não escrevendo um “romance”. Na Inglaterra, Daniel Defoe usou técnicas semelhantes em seu famoso *Journal of the Plague Year* (1722), completo com estatísticas e a citação de documentos oficiais (BURKE, 1997, p. 111).

Cada um a seu modo, os escritores do período procuravam obter o “efeito de realidade”, defendendo seus romances como textos históricos por apresentarem, como destacado, notas de rodapé e fontes, por exemplo.

Ainda assim, aparentemente, a tênue fronteira entre os gêneros começou a se fechar na metade do século XVIII, “[...] ou para variar a metáfora, houve uma divergência ou um ‘divórcio’ (como o chamou o crítico espanhol Feyjóo) entre história e ficção (*divorcio de la historia y la fabula*)” (BURKE, 1997, p. 111).

O século XIX foi importante também para a relação aqui tratada. Foi nesse século que escritores como Walter Scott, Victor Hugo e Alexandre Dumas (para citar

apenas alguns) produziram obras que buscavam reconstruir uma época e seu espírito, em seus aspectos culturais – na forma que os antecessores da *nouvelle historique* não haviam feito. A importância do romance histórico oitocentista, salienta Burke (1997), é quando as obras impactam historiadores como Ranke e Macaulay.

Benedito Nunes (1998) repara que, nesse mesmo período, fez-se uma distinção entre a história-arte e a história-ciência, sendo que a primeira afigura-se como uma narrativa de acontecimentos empregando, para tal, a imaginação do historiador. A história-ciência, por outro lado, se mostrava apegada aos fatos, mas não conseguia fugir ao caráter narrativo.

Mas o ponto nevrálgico para o historiador Burke é o momento em que ele próprio se encontra teorizando sobre o tema aqui investigado – o final do século XX e, por que não, a contemporaneidade?

> Apesar dessas transgressões locais, foi apenas na nossa época que a fronteira entre história e ficção se reabriu, como a fronteira entre a Alemanha Ocidental e Oriental. Hoje, as convenções do romance histórico, como as do romance em geral e, é claro, da historiografia, estão sendo questionadas. Esse questionamento é relacionado ao retorno de uma crise da consciência histórica (BURKE, 1997, p. 112).

Nesse mesmo sentido: "[...] Para desconforto de bibliotecários, mas não só de bibliotecários, a fronteira entre história e ficção (mais particularmente o romance) se abriu mais uma vez" (BURKE, 1997, p. 112).

Para Burke (1997), os historiadores contemporâneos demonstram mais respeito pela imaginação do que nos tempos em que afirmavam simplesmente descobrir e contar sobre "os fatos".

Ao comentar tais relações, o semiótico argentino Walter Mignolo, na introdução de um artigo sobre literatura e história na América Latina, aponta que:

> A diferença entre a poesia e a história, na tradição ocidental, residiu no conceito de imitação de ações humanas. A história, por sua vez, que em grego antigo (*istoreo*) significou fundamentalmente "informe de testemunhas oculares", em latim foi traduzido como história e passou a ser concebida nos termos da definição ciceroniana ("testemunhas dos tempos, luz da memória, mestre da vida...") (MIGNOLO, 1995, p. 117).

Então, história como uma proposta de transmissão de algo que aconteceu e que foi testemunhado, representado como verdadeiro.

O sentido da palavra “história” vai mudar a partir do século XVIII. Assim como a “literatura” entrou no sistema das “artes”, a “história” entrou no sistema das “ciências”, já concebidas não como um saber enciclopédico acumulado e coerentemente organizado (concepção retórica), mas sim como um saber adquirido por meio do exame crítico da documentação ou da busca de “leis” do mundo humano (concepção científica da história), como expôs Bacon, em fins do século XVI e começos do XVII (MIGNOLO, 1995).

Sobre as possibilidades de diferenciar literatura e história, Walter Mignolo adverte para um perigoso jogo de linguagem (oriundo da tradição conceitual do Ocidente). Tal alerta é sobre tomar os conceitos discutidos como universais. Para o intelectual (1995), poderíamos nos perguntar, em primeiro lugar, que tipo de experiência e de prática social designam os vocábulos “literatura” e “história” e, em segundo lugar, que práticas semióticas semelhantes podemos identificar nas sociedades não-ocidentais.

A partir disso, dois tópicos são por ele apresentados:

> 1 As comunidades humanas necessitam conservar e transmitir o passado. As maneiras pelas quais suprem essa necessidade, e as formas de concebê-la e conceituá-la, dependem das condições sociais e da tecnologia empregada para satisfazer tal necessidade. No Ocidente essas atividades giram em torno do conceito de história. Nas sociedades mexica, em torno do conceito *tlatollótl;* entre os chamulas, das *palavras puras*.
>
> 2 As comunidades humanas necessitam projetar sua energia criativa em diferentes formas e também o fazem através da linguagem oral e dos diversos sistemas de escritura. No Ocidente, a conceituação dessas práticas girou em torno do conceito de *poesia* e de *literatura*. Entre os méxicos, em torno do conceito de *cuicatl*; entre os chamulas, das *palavras pronunciadas com o coração quente* (MIGNOLO, 1995, p.121).

Portanto, por meio desses exemplos, o autor demonstra a trajetória da diferença na tradição ocidental e acentua que há soluções regionais (na definição de conceitos) para necessidades mais gerais das comunidades humanas. Noutro momento, afirma que:

> Vemos assim, que a questão “literatura/história” não pode ser resolvida com critérios de homogeneidade, mas sim, que é necessário contemplar a heterogeneidade que outorga a mobilidade

> dos níveis cognitivo e pragmático, a variada relação entre convenções e normas (MIGNOLO, 1993, p. 124-5).

E prossegue suas considerações enfatizando que as normas da história na condição de disciplina não permitem que o discurso historiográfico se enquadre na convenção de ficcionalidade, uma vez que tal convenção afigura-se como uma condição necessária para a literatura ao passo que a veracidade é condição necessária para o discurso historiográfico.

No entanto, cumpre observar que definir, distinguir história e literatura não é tarefa com grau pequeno de complexidade, uma vez que até mesmo o conceito de "história" apresenta algumas ambiguidades. Quando se fala em história, é possível estar se referindo, entre outras possibilidades, à práxis, à condição do ser humano de constituir-se construindo os caminhos; ao ato consciente de se fazer história por si só, na formação desses caminhos; e também àquela disciplina encontrada nos currículos escolares.

Para Maria Aparecida Baccega:

> O termo história, em português, tanto conota *aquilo que se diz* – o discurso – como *aquilo que se passou ou está se passando* – o "fato". Em outras palavras: tanto a ciência, construída, com suas variáveis objetivo-subjetivas, quanto o objeto dessa ciência, o "real" (BACCEGA, 1995, p. 65).

Ou seja, o que chamamos de história tem suporte para o determinado texto que organiza acontecimentos, assim como a práxis da qual ela é componente (BACCEGA, 1995). Quando se estuda história, o passado de variadas culturas vem à tona. Por meio de avaliações e interpretações é possível "ver" como homens e mulheres se portaram nas transformações das sociedades, do mundo, suas formações ideológicas, assim como de outros homens e mulheres e suas inter-relações com o cotidiano, procurando moldá-los. E para um discurso histórico, para reconstruir um passado, é necessário levar em conta textos que se baseiam em muitos códigos, vindos de todos os campos semiológicos, em cujo trânsito o humano vive (BACCEGA, 1995, p. 66).

Dar estatuto de fato histórico a um e não a outro acontecimento, processo ou produto, implica avaliá-lo no contexto em que ocorreu, deslindar suas relações com a totalidade, inseri-lo num sistema de referências. Essa seleção é realizada pelo sujeito-historiador. Da variada gama de relações que cada fato possui, ele fará

sobressair as que estiverem de acordo com seu sistema de referência (BACCEGA, 1995).

É só na história que o homem *existe* e a literatura nada mais é que o discurso da existência humana, das suas várias possibilidades. A história é o desdobramento no tempo dessas várias possibilidades. “O homem é personagem, que é homem. E o escritor é o criador de personagens que se incorporarão em homens” (BACCEGA, 1995, p. p. 89).

Já distante do tempo em que representava uma verdade inquestionável, o texto histórico permite, em suas linhas, determinados aspectos da construção ficcional, desde que para tanto sejam adotadas certas medidas:

> O texto histórico comporta a ficção, desde que tomemos na sua acepção de escolha, seleção, recorte, montagem, atividades que se articulam à capacidade da imaginação criadora de construir o passado e representá-lo. Há, e sempre houve um processo de invenção e construção de um conteúdo, o que, contudo, não implica dizer que este processo de criação seja uma liberdade absoluta (PESAVENTO, 1999, p. 820).

Resultando disso, conforme a autora, uma ficção diferente:

> A História, se a quisermos definir como ficção, há de se ter em conta que é uma ficção controlada. A tarefa do historiador é controlada pelo arquivo, pelo documento, pelo caco e pelos traços do passado que chegam até o presente. De certa forma, eles se “impõem” ao historiador, que não cria vestígios do passado (no sentido de uma invenção absoluta), mas os descobre ou lhes atribui um sentido, conferindo-lhe o estatuto de fonte (PESAVENTO, 1999, p. 820).

A ficção controlada se justifica porque a História, no seu intento de representar o real, aspira a ter um nível de verdade possível. Assim: “Resta, contudo, admitir que, se a História é uma forma de ficção, ela é controlada: pelos indícios recolhidos, pela testagem a que submete esses indícios, pela recorrência ao extratexto” (PESAVENTO, 1999, p. 62).

Para o filósofo francês Paul Ricoeur, a liberdade do narrador para criar seria uma das características que marcaria uma oposição entre o tempo da história e o da ficção:

> A característica mais visível, mas não necessariamente a mais decisiva, da oposição entre tempo fictício e tempo histórico é a *libertação* do narrador – que não confundimos com o autor – em

> relação à obrigação maior que se impõe ao historiador, ou seja, dobrar-se aos conectores específicos da reinscrição do tempo vivido sobre o tempo cósmico (RICOEUR, 1997, p. 218).

O mundo que se desdobra tem seu tempo, onde cada mundo é também único, singular, incomparável. Mundos de experiência sem limitações de um único mundo imaginário; as experiências temporais fictícias não são totalizáveis (RICOEUR, 1997).

A relação entre a temporalidade vivida e o tempo percebido como uma dimensão do mundo é como se percebe a experiência fictícia do tempo, sendo que a epopeia, o drama e o romance servem de exemplos; segundo Ricoeur (1997), tais gêneros não se privam de misturar personagens históricos, acontecimentos datados ou datáveis, bem como conhecidos sítios geográficos, às personagens, aos acontecimentos e lugares inventados.

Para situar o leitor sobre eventos históricos em contextos ficcionais, Ricoeur aponta trechos da obra de Virginia Woolf, Thomas Mann e Marcel Proust:

> Assim, a intriga de *Mrs. Dalloway* é nitidamente situada depois da Primeira Guerra Mundial, exatamente em 1923, e se desenrola no quadro monumental do que ainda era a capital do Império Britânico. Da mesma forma, as aventuras de Hans Castorp, em *Der Zauberberg,* pertencem claramente ao período imediatamente anterior à guerra e desembocam explicitamente na catástrofe de 1914. Quanto aos episódios de *À la recherche*, eles se repartem em antes e depois da Primeira Guerra Mundial; os desenvolvimentos do caso Dreyfus fornecem pontos de referência cronológicos fáceis de identificar, e a descrição de Paris durante a guerra se insere num tempo expressamente datado (RICOEUR, 1997, p. 220).

Por meio dos três exemplos, Ricoeur alerta que, por apresentarem acontecimentos datados ou datáveis, as obras não têm o poder de carregar o tempo da ficção para o espaço gravitacional do tempo histórico. Conforme o pensador:

> Dá-se o contrário. Do simples fato de que o narrador e seus heróis são fictícios, todas as referências a acontecimentos históricos reais são despojadas de sua função de representância relativamente ao passado histórico e obedecem ao estatuto irreal dos outros acontecimentos (RICOEUR, 1997, p. 220).

Os acontecimentos históricos, nos textos ficcionais supracitados, já não são denotados, mas simplesmente mencionados. Ao utilizar-se um dado acontecimento

histórico comum (no caso, a Primeira Guerra Mundial) o mesmo é ficcionalizado de forma diferente. Assim como os ditos personagens históricos envolvidos nas tramas, que transitam por diferentes e heterogêneas esferas temporais. Além disso, os conectores específicos utilizados pela história (o tempo do calendário, a sequência das gerações, os arquivos, documentos e rastros), são neutralizados e mencionados, fazendo com que toda a esfera dos instrumentos de relação de representância possa, assim, ser ficcionalizada e posta na conta do imaginário (RICOEUR, 1997).

Quando o conhecimento histórico se propõe a apresentar um passado real, que de fato ocorreu, a questão que se impõe se refere ao significado do termo real aplicado ao passado histórico, o que se quer dizer com a afirmação de que algo realmente aconteceu?

> [...] o recurso aos documentos marca uma linha divisória entre história e ficção: ao contrário do romance, as construções do historiador visam ser *re*construções do passado. Por meio do documento e da prova documentária, o historiador está submetido *ao que, um dia, foi*. Ele tem uma *dívida* para com o passado, uma dívida de reconhecimento para com os mortos, que o transforma num devedor insolvente (RICOEUR, 1997, p. 242).

Por outro lado, a questão que fica é, então, saber de que forma determinada parcela de acontecimentos mundanos é incorporada à experiência temporal dos personagens da ficção. Segundo Paul Ricoeur (1997), existiria uma certa *convergência* entre uma função de *representância* - exercida pelo conhecimento histórico relativamente ao passado "real" - e uma função de *significância*, encampada pela trama ficcional, quando o ato de ler cria uma relação entre o mundo do texto e o mundo do leitor.

Sandra Pesavento (1999, p. 821), ao abordar as relações do leitor tanto com o texto histórico quanto com o texto literário, salienta que:

> O esforço da imaginação criadora para recriar uma ambiência, dotá-la de uma coerência e produzir significados está tanto na parte da produção – do historiador ou do romancista – quanto do leitor. Ambos estão fora do acontecido – do que se apresenta como acontecido – e tentam penetrar neste mundo. A este processo dar-se-ia o nome de "efeito de real", que busca, pelos caminhos do

> imaginário, representar um outro contexto, que se viabiliza segundo distintas hierarquias de verdade[2] (PESAVENTO, 1999, p. 821).

Ou seja, o tema, o acontecido contado se deu a partir da imaginação criadora daquele que se propôs a escrever sobre algo que distante estava. Ambos, romancista e historiador – por meio de suas específicas estratégias de trabalho –, tentarão dar ao seu material, aproximação àquilo que conhecemos como mundo real, o mundo fora do texto. Toda essa tentativa é para que o produto final seja representativo ao leitor, peça também fundamental na relação que se inicia com o autor e o texto.

É na leitura, na interpretação que o leitor verificará o que Pesavento (1999) chama de "efeito de real": diferentes textos, com diversos níveis de aproximação com o real, que marcam compromissos de maior atrelamento às evidências da época, vindas pelos seus traços e marcas (caso da história), ou que então deixam margem a um maior voo da imaginação criadora (caso da literatura).

> [...] a teoria da leitura criou um espaço comum para os intercâmbios entre a história e a ficção. Fingimos acreditar que a leitura só interessa à recepção dos textos literários. Ora, não somos menos leitores de história do que de romances. Todas as grafias – e, dentre elas, a historiografia – dependem de uma teoria ampliada da leitura. Decorre daí que a operação de envolvimento mútuo mencionada há pouco tem sua sede na leitura (RICOEUR, 1997, p. 316).

Ricoeur propõe uma teoria ampliada da recepção cujo momento fenomenológico reside no ato da leitura, ou seja, uma teoria ampliada da leitura, que inclua divergências e convergências entre narrativa histórica e narrativa ficcional.

> Por entrecruzamento da história e da ficção, entendemos a estrutura fundamental, tanto ontológica quanto epistemológica, em virtude da qual a história e a ficção só concretizam cada uma sua respectiva intencionalidade tomando empréstimos da intencionalidade da outra (RICOEUR, 1997, p. 316).

Além disso – independentemente se o texto é literário ou histórico – há a presença de um narrador, o responsável por mediar tudo aquilo que viu, vê, ouviu falar, contar, explicando tudo que aconteceu a terceiros, uma situação não presenciada por estes. O que conta precisa organizar o acontecido, ordenando

[2] O conceito "efeito de real" é de autoria do filósofo e pensador francês Paul Ricoeur (1913-2005).

acontecimentos, dispondo temporalidades e apresentando personagens. Assim, "[...] interpõe-se um princípio de inteligibilidade e de proposta de conhecimento do ocorrido, que é representado – re-apresentado – a um público, ouvinte e leitor" (PESAVENTO, 1999, p. 819).

Segundo Sandra Pesavento (1999), hoje, mais do que nunca, está em voga a questão da veracidade e da ficcionalidade do texto histórico. Com cada vez mais fronteiras diluídas entre literatura e história, abrem-se as portas para uma interdisciplinaridade. Por conta disso, é possível verificar o quanto cada tipo de texto comporta aspectos de outro.

Os dois discursos – história e literatura – se entrecruzam, mesmo que tenham em si características próprias, uma vez que em "[...] ambos os discursos temos a presença de uma gama extremamente variada de saberes, de conhecimentos que circulam em outras formações ideológicas/formações discursivas e que são incorporados por esses discursos" (BACCEGA, 1995, p. 87), sendo que a interdisciplinaridade poderá dar conta deles.

Sobre as aproximações entre literatura e história, o francês Roger Chartier (2001) destaca que, se a história compartilha com a literatura (como os procedimentos narrativos e figuras da ficção), é necessário atentar para uma nova definição de objetividade.

Para Paul Ricoeur (1997), a imaginação do historiador está próxima da imaginação do romancista, mas, ao contrário deste último, o historiador desempenha dupla tarefa – construir uma imagem portadora de sentido, coerente, uma imagem dos acontecimentos da forma que aconteceram e, para isso, recorre a um método, o qual seria o elemento diferenciador entre a tarefa do historiador e a tarefa do romancista. Assim: "[...] o historiador não conhece de forma alguma o passado, mas apenas seu próprio pensamento sobre o passado: a história, contudo, só tem sentido se o historiador sabe que reefetua um ato que não é o seu" (RICOUER, 1997, p. 248). No mesmo pensar, o autor salienta, ainda, que:

> O *ter-sido* é problemático, na medida exata em que não é observável, quer se trate do ter-sido do acontecimento, quer se trate do ter-sido do testemunho. A passadidade de uma observação no passado não é ela própria observável, mas memorável (RICOEUR, 1997, p. 274).

No mesmo sentido, Pesavento acentua que:

> O autor recorta, seleciona, põe de lado ou destaca do processo histórico aquilo que responde ou estabelece diálogo com a sua questão a resolver. [...] Mas o que nos interessa é justamente abordar como o autor se cerca das “garantias do real”, de elementos de “veracidade” para dar vida e verossimilhança, talvez mesmo autenticidade ao seu texto (PESAVENTO, 1999, p. 826-7).

Um exemplo de uma produção literária que foi “beber” em fontes históricas é *Iracema*, de José de Alencar. A partir da obra do escritor cearense do século XIX, num exercício de análise, Sandra Pesavento confere como o material histórico deu suporte à produção literária.

> Na busca da veracidade para a sua ficção literária, Alencar apela tanto para as “crônicas” quanto para a autoridade de autores e obras de caráter histórico e testemunhos daqueles que “viram” e “ouviram”. Tudo é remontado a uma espécie de prova documental que identifica e dá reconhecimento ao texto. Ele fala de coisas que existiram e de personagens que viveram. Da mesma forma, argumenta com a força da tradição oral para situar os fatos e personagens, apoiando-se em depoimentos de gente do povo: “a tradição oral é uma fonte importante da história, e às vezes a mais pura e verdadeira” (PESAVENTO, 1999, p. 828).

Para a pesquisadora, Alencar almeja em seu texto um fundo “histórico”, por isso a utilização, a preocupação em usar tais fontes, como crônicas e a tradição oral, que supostamente dariam o arcabouço necessário para identificação e reconhecimento do texto. Uma prova documental, nos moldes tradicionais, para se escrever uma História.

Tal prática pode ser verificada quando, em *Iracema,* percebe-se que o autor se preocupou com questões locais do Ceará, como a paisagem, localidades e acidentes geográficos, por exemplo. Sobre os nativos da região, Alencar destaca o vocabulário, inclusive termos indígenas que designariam utensílios, costumes etc.

O resto – a paisagem, a ambiência, o vocabulário, os demais personagens – existiu, e o autor faz questão de identificá-los e torná-los reconhecíveis. José de Alencar “[...] quer se aproximar, o mais possível, de uma verdade linguística, que expresse a realidade das formas verbais e de pensamento dos índios. Sua meta é, pois, construir uma versão ficcional com foros de veracidade” (PESAVENTO, 1999, p. 829). Quer dizer, ao fazê-lo, o autor busca uma forma de identificar e tornar

reconhecível ao leitor toda uma gama de elementos que permeiam a narrativa. Como se dotada de veracidade, a trama fosse se revelando numa espécie de "contexto acontecido".

Assim como o texto histórico tem como objetivo revelar uma versão convincente e mais próxima do acontecido do passado, o texto literário tem aí também a sua semelhança: a partir do enredo criado, o autor visa ao efeito de um passado real e acontecido.

Porém, é válido destacar que na criação literária observa-se uma consciência estética que deixa o artista colocar certos problemas sobre a realidade que ele vive ou que lhe é relatada e responder artisticamente a estes problemas (BACCEGA, 1995, p. 74). A literatura apresentará um mundo a partir de operações linguísticas que, de uma forma diferente da história, possibilitará ao leitor reconhecer o conteúdo que ela (literatura) se propôs tratar.

Para Ricoeur (1997), história e ficção fazem empréstimos uma da outra, pois que a intencionalidade da narrativa histórica se faz empregando recursos de ficcionalização, recorrendo ao imaginário narrativo da mesma forma que a narrativa de ficção produz efeitos assumindo recursos de historização na reconstrução do passado. Para o referido autor, a história se serve da ficção para refigurar o tempo e a ficção se vale da história para o mesmo fim. A ficção explicita os traços do imaginário, se enriquece pela mediação do imaginário, daí o entrecruzamento entre história e ficção na refiguração do tempo.

A respeito do tema, Sandra Pesavento (2012, p. 55) aduz que:

> A refiguração no tempo é um elemento, pois, central nesta atividade da narrativa histórica que porta, em si, a ficção. Há uma modalidade referencial do mundo que só se pode se representar de forma metafórica, ou seja, que se apresenta como um *dizer como*, um *ver assim*, *como se fosse* (PESAVENTO, 2012, p. 55).

A despeito dos empréstimos, das relações próximas, o autor acentua que há uma espécie de "[...] libertação da ficção das coerções da história" (RICOUER, 1997, p. 331), salientando, com isso, que a ficção poderá empregar os mesmos recursos da história, buscando fontes, documentos, se debruçando sobre os fatos históricos, no entanto, a partir daí, haverá uma maior liberdade ao tratar desses fatos, ao recriá-los no âmbito ficcional.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA REVOLTA DA DEGOLA

> *Uma das regiões mais instáveis do país nos primeiros anos da República era o Rio Grande do Sul. [...] entre a proclamação da República e a eleição de Júlio de Castilhos à presidência do Estado em novembro de 1893, dezessete governos se sucederam no comando do Estado. Opunham-se, de um lado, os republicanos históricos, adeptos do positivismo, organizados no Partido Republicano Riograndense (PRR), e, de outro lado, os liberais.*
>
> *Boris Fausto.*

A Proclamação da República chegou ao Rio Grande do Sul em meio à disputa política intensa entre o Partido Liberal – de presença marcante durante o Império – e o recém-formado Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

Nos interesses do primeiro grupo dominava um ideal parlamentarista, em que se observava uma postura antirrepublicana e o sentimento de alguns membros ao retorno de uma monarquia. Essa pecha caía sobre Gaspar Silveira Martins. Durante a Revolução Federalista, Martins liderou (politicamente, e não nos campos de batalha) os federalistas (liberais), apelidados de maragatos. Encontrava apoio principalmente na Campanha – já que os estancieiros da região eram representantes da elite política tradicional (FAUSTO, 1998).

Já os republicanos – que receberiam a alcunha de pica-paus – eram chefiados por Júlio de Castilhos, que defendia uma república federalista, ligado a segmentos mais poderosos politicamente (e ao Exército Nacional) e sob a influência das teorias de Augusto Comte, o pai do Positivismo. Suas bases sociais se encontravam na Serra (destino de muitos imigrantes) e no Litoral. Era composto por uma elite mais recente que almejava também monopolizar o poder.

Ambas as agremiações partidárias travaram durante dois anos uma terrível luta fratricida, na última década do século XIX. Uma sangrenta e cruel disputa que envolveu homens, mulheres e crianças de boa parte do território gaúcho. A degola, prática que envolvia um ritual de execução aos combatentes capturados e como forma de retaliação e vingança, fora praticada pelas duas facções políticas.

Porém, a luta armada só seria o desfecho do que começara bem antes.

Durante o século XIX, a economia gaúcha caracterizava-se como primordialmente pecuário-charqueadora: as estatísticas apontam que, em 1861,

cerca de 75% das exportações deviam-se a apenas dois produtos: charque e couros (FONSECA, 1993). Sendo assim, observa-se uma hegemonia da região da Campanha, onde se localizavam as fazendas e charqueadas, com campos de melhor qualidade, frente ao Norte, Serra e o Planalto. As grandes propriedades de descendentes de espanhóis e portugueses eram dominadas pelo trabalho do escravo (charqueadas) e do peão (agregado, nas fazendas); Rio Grande e o porto como escoadouro da produção e Pelotas como centro econômico.

Mas é durante o mesmo século XIX que a economia pecuário-charqueadora iria demonstrar sinais de desgaste. A hegemonia da Campanha começa a perder espaço frente à economia nascente e diversificada do Planalto e da Serra. O Planalto, investindo em pequenas propriedades, encontrava possibilidades de diversificação agrícola e de criação (por exemplo, de suínos); já na Serra, destaque para a pequena propriedade do imigrante italiano e alemão:

> Coincidindo com as mudanças econômicas e demográficas na Província, estabelecia-se a hegemonia política do Rio Grande do Sul pelo Partido Liberal. Até 1872, os dois partidos imperiais, o Liberal e o Conservador, haviam-se relativamente contrabalançado na Província; neste ano, contudo, o Partido Liberal tomou o controle da Assembleia Provincial e permaneceu, daí por diante, a força dominante no Rio Grande, sob a liderança de Gaspar Silveira Martins (LOVE, 1975, p. 22).

E até a Proclamação da República estiveram no poder regional os liberais. Esses tinham em suas fileiras liberais adeptos do Império, dissidentes republicanos e contavam com apoio de estancieiros da Campanha. Entre seus interesses dominava um ideal parlamentarista, onde se observava uma postura antirrepublicana e o sentimento de alguns membros ao retorno de uma monarquia.

De outro lado, estava o Partido Republicano Rio-Grandense, fundado em 1882 por Júlio Prates de Castilhos. Os republicanos gaúchos, muitos deles bacharéis que estudaram na Faculdade de Direito de São Paulo, promoveram uma campanha na mudança da forma de governo e de transformação das pessoas, que deveriam ser guiadas pelos princípios morais de Augusto Comte, o filósofo do Positivismo. Tinha como propagador de suas intenções o periódico *A Federação:*

> O PRR postulava uma combinação entre federalismo e centralismo na mediação entre a política interna do estado e as relações com o poder central. Frente à União, defendiam o federalismo radical e, no

> governo regional, adotavam o centralismo de feição autoritária e positivista (PESAVENTO, 1983, p. 77).

Tal radicalismo por parte dos castilhistas levava a considerar que os indivíduos que não comungavam com as suas ideias eram logo inimigos a serem eliminados já que "[...] só a ditadura do poder executivo permitia governar com dinamismo. O governo só seria forte, conforme Castilhos, 'quando eliminasse a oposição'" (FLORES, 1993, p. 14).

Ainda sobre a forma de governo almejada para o Rio Grande do Sul:

> Na realidade, os liberais eram monarquistas e se diferenciavam dos conservadores porque queriam o sistema parlamentar com o poder federal forte, diminuindo a autonomia provincial, bem ao contrário dos farroupilhas (FLORES, 1993, p. 11).

O princípio norteador dos federalistas é que o poder legislativo deveria ser, dentro de uma ordem parlamentarista, mais forte. Uma centralização federal enquanto uma fraca, ou inexistente, autonomia aos estados da federação. Já da parte dos castilhistas o poder legislativo "[...] era estéril, dificultando e atrasando a administração" (FLORES, 1993A, p. 24).

Com a queda imperial no Rio de Janeiro, republicanos gaúchos ofereceram a Júlio de Castilhos a presidência do Estado do Rio Grande do Sul. Porém, Castilhos passou o cargo a um antigo companheiro e amigo de Deodoro da Fonseca, o visconde de Pelotas.

Neste mesmo contexto, Gaspar Silveira Martins (à época senador e conselheiro imperial) viaja à Corte, a convite de Pedro II, sendo preso em Santa Catarina e exilado. Era o fim do Partido Liberal (FLORES, 1993A, p. 29).

Castilhos, empossado pelo Presidente do Estado como Secretário do Governo estadual, ficou responsável de dar forma ao novo governo:

> De 1889 a 1891, Castilhos montou a máquina administrativa, exonerando os funcionários que não eram republicanos, permitindo a fraude eleitoral, destituindo as Câmaras Municipais e nomeando intendentes provisórios e conselhos municipais. O Corpo Policial recebeu o nome de Guarda Cívica e depois de 1892, o de Brigada Militar, com as funções militar e policial (FLORES, 1993A, p. 29-30).

Graças ao radicalismo positivista seguido por Castilhos, a conciliação entre conservadores e liberais em prol de um novo governo não foi possível.

Contrariado e isolado, o Visconde de Pelotas se exonerou, já em fevereiro de 1890. Seu sucessor, general Falcão da Frota, manteve Castilhos no cargo. O primeiro se demitiu antes de finalizar quatro meses de governo, também por divergências com o chefe do Partido Republicano.

Em maio do mesmo ano, coube ao governo central nomear um presidente que formasse uma conciliação. Para surpresa dos castilhistas foi indicado Francisco da Silva Tavares, de relações no passado com os conservadores. Agora, cabia aos republicanos o título de perseguidos: Tavares começou a substituir os funcionários públicos do partido de Castilhos por conservadores.

Já em março de 1891, um grupo de liberais somou-se a alguns republicanos dissidentes, dando origem a um novo partido, o Republicano Federal. A intenção era a disputa, em maio, para vagas na Assembleia Legislativa.

Em junho, instalou-se a Assembleia Constituinte estadual. Dentre outros, lá estavam Assis Brasil, Ramiro Barcellos e Júlio de Castilhos. Seguindo os ensinamentos de Augusto Comte, propuseram uma Constituição baseada na filosofia do francês – aprovada na íntegra (FLORES, 1993A). O referido texto constitucional foi promulgado na célebre data da Revolução Francesa (14 de julho), emergindo o Rio Grande do Sul em ditadura científica positivista.

O documento definia o período de mandato do chefe do executivo – cinco anos – além de ressaltar o poder do mandatário. Esse teria, segundo a própria Constituição, seus atos fiscalizados pela opinião pública. Mas, conforme Moacyr Flores (1993A), Castilhos aproveitava-se dos comentários públicos para fortalecer-se no poder já que “[...] todas as vezes que a opinião pública se manifestava contrária ao governo, era considerada como anarquista e subversiva (FLORES, 1993A, p. 32)”.

Castilhos escolhia provisoriamente os intendentes (não realizava eleições municipais) e membros dos Conselhos Municipais, que quando discordando do mandatário supremo, eram substituídos.

Reunindo-se dois meses por ano, os deputados estaduais apenas discutiam e aprovavam o orçamento. Reforçava-se, assim, o poder delegado da Constituição de 1891, a partir da verdade positivista, de um partido e um ditador. Sendo assim, o vice-presidente e deputado Júlio de Castilhos, eleito presidente do Estado (governador) pela Assembleia Constituinte de 1891, formada por deputados do Partido Republicano, tomou posse em 15.7.1891.

Em novembro, em meio à crise nacional, Deodoro dissolve o Congresso. Castilhos lhe garante apoio. Porém, em todos os cantos do Rio Grande, frentes liberais pegavam em armas e começavam a depor autoridades fiéis a Castilhos e Deodoro. Estancieiros e militares descontentes tomam Uruguaiana, São Borja, São Gabriel, Quaraí, Alegrete, Jaguarão. As principais cidades e a Serra cedem aos senhores da Campanha.

Para evitar um derramamento de sangue, Júlio de Castilhos renuncia perante uma comissão que adentrou o palácio do governo em 12.11.1891. Para ocupar seu lugar no comando do Rio Grande do Sul, um triunvirato: Joaquim Francisco de Assis Brasil (cunhado de Castilhos), Manoel Luis Rocha Osório e João de Barros Cassal. Começava o Governicho.

12.11.1891 a 17.6.1892. Esse foi o período em que os revoltosos ficaram no governo estadual. Cinco dias depois de empossado, o triunvirato se exonerava, entregando a um inexperiente gen. Barreto Leite, que chama Barros Cassal para conselheiro. Esse gabinete tem como primeira atitude revogar a Constituição de 1891 e ordenar uma nova qualificação eleitoral (FLORES, 1993A, p. 35).

Sem a intervenção de Assis Brasil (que manteve alguns obedientes a Castilhos em seus cargos), Barros Cassal perseguiu e destituiu os castilhistas. Porém, para desgosto dos republicanos históricos, Cassal foi recompor as funções entre os monarquistas.

Ainda em novembro, Deodoro é deposto, abrindo espaço para que seu vice, Floriano Peixoto, passasse a intervir em todos os estados que apoiaram o golpe dado por Deodoro no início do mês. Nesse contexto, Gaspar Silveira Martins, um desafeto declarado de Deodoro, retorna de seu exílio na Europa. E seu primeiro intento é uma conversa de convencimento com Floriano para que o militar desistisse da república presidencialista em troca de uma república parlamentarista. Sem partido e representando uma oposição fragmentada em variadas correntes políticas, Gaspar Silveira Martins ouviu um não de Floriano, que preferia Castilhos, por este seguir uma doutrina, um partido monolítico e contando em suas fileiras militantes apaixonados que lutavam pela federação e pelo presidencialismo (FLORES, 1993A, p. 35).

A partir d'*A Federação*, Castilhos propaga uma campanha de volta ao poder: abre espaços para elogios ao exército nacional e reclama ao povo que a legalidade só seria obtida com seu retorno ao comando do Rio Grande do Sul. Ocorreram

algumas tentativas armadas, mas todas sem sucesso. Repressão de muitas formas (como saques e tentativas de homicídios) ocorreu em várias localidades. Não vitorioso em domar a crise, Barreto Leite deixa o governo nas mãos de Barros Cassal, em março de 1892.

Em Bagé, na região da Campanha, alguns indivíduos se reuniriam para formar aquele que daria nome ao terrível evento que se seguiria a partir de 1893. Na reunião organizada pelo gen. João Nunes da Silva Tavares se faziam presentes liberais e republicanos dissidentes que, numa convenção em final de março, fundaram o Partido Federalista, sob a chefia de Gaspar Silveira Martins. Agora, aquelas correntes disformes se encontravam em um só lugar e com programa próprio – que incluía, entre outros, o sistema parlamentarista, o voto secreto e não reeleição do presidente – rompendo com o Governicho (FLORES, 1993A, p. 36).

Uma dança das cadeiras acontece em menos de dois meses: Barros Cassal fracassa em adaptar a Constituição aos termos federalistas. Com sua renúncia, ressurge Barreto Leite, que somente reorganizou as datas eleitorais, deixando o governo para o visconde de Pelotas, que também viria a renunciar, porém em favor do general João Nunes da Silva Tavares. Era 17.6.1892.

A confusão em torno de quem deveria governar o estado se mostra como uma possibilidade real para Castilhos. Para tanto, conta com o apoio da Guarda Cívica (que depois se transformaria na Brigada Militar), realizando uma concisa reação armada, realocando-o no poder. Logo após nomear como vice-presidente estadual Vitorino Monteiro, Castilhos renuncia. Caberia a Monteiro também fortalecer a Guarda Cívica, na espera da luta armada. Em seguida, o que se viu foi uma demissão intensa de funcionários federalistas de cargos públicos.

Passadas as eleições, Castilhos toma posse em 25.1.1893, com a promessa de lei e ordem. Segundo Flores (1993A, p. 37), mais de dez mil gaúchos federalistas, monarquistas e republicanos dissidentes refugiaram-se na República Oriental do Uruguai. A promessa era de retomar o poder.

Aos que queriam conquistar o poder de Castilhos foi dada a alcunha de maragatos. Tal apelido foi dado porque nas tropas de Gumercindo Saraiva havia vários espanhóis residentes em S. José, no Uruguai, que eram oriundos da *maragataria* do norte da Catalunha, Espanha (FLORES, 1993A). Manoelito de Ornellas, sobre a região ibérica, afirma que o povo desta região tem sua origem nos povos berberes, que invadiram e colonizaram parte da Península Ibérica a partir da

África (ORNELLAS, 1956, p. 154). O termo maragato serviu para evidenciar, entre os revolucionários, a presença de estrangeiros.

No campo político, o líder era Gaspar Silveira Martins – o que daria também aos revolucionários a expressão “gasparistas”. Já nos campos de batalha, a liderança ficava a cargo de Gumercindo Saraiva.

O vermelho era a cor que representava o grupo – fosse num lenço vermelho preso ao pescoço, fosse uma fita rubra no chapéu. Porém, por ser do partido Blanco (Uruguai), Saraiva usava um lenço branco.

Um dos objetivos maragatos era conseguir o maior número de adeptos. E não importava suas correntes políticas, misturando em suas fileiras os republicanos dissidentes, liberais, conservadores, monarquistas e parlamentaristas. Conforme foi observado pelo médico Ângelo Dourado, a vingança era o objetivo da maioria dos soldados revolucionários, evidenciando um possível distanciamento entre aqueles que lutavam por posições ideológicas (FLORES, 1993A).

Entre as lideranças, além dos já citados Gaspar Silveira Martins e Gumercindo Saraiva, é possível destacar a presença de Aparício Saraiva (irmão de Gumercindo), o estancieiro Rafael Cabeda, os políticos (também militares) Ulisses Reverbel e Prestes Guimarães, os coronéis Filipe Portinho e José Severo, os generais Luís Alves Salgado, João Nunes da Silva Tavares e Carlos Piragibe e os almirantes Eduardo Wandenkolk e Luís Filipe Saldanha da Gama.

Já os republicanos, obviamente, eram tachados de governistas e castilhistas. Porém, eram também chamados de pica-paus. Sobre a designação há duas versões:

> [...] uma porque as tropas do governo usavam um enfeite amarelo na barretina, semelhante à crista do pica-pau; a outra, que as armas quando detonadas faziam um som parecido com o do pica-pau batendo nos troncos das árvores (FLORES, 1993A, p. 39).

A Brigada Militar, tropa estadual, era a força bélica básica à causa castilhista. Para defender determinada região, foram formados os Corpos Provisórios, que arregimentavam milicianos, sob as ordens de membros da antiga Guarda Nacional e chefes políticos locais.

O comando civil dos republicanos ficou sob Júlio de Castilhos. Por sua estreita relação com o Exército Nacional, Castilhos tinha sob suas ordens os

comandantes militares os generais Pinheiro Machado, Rodrigues Lima, João Teles e Hipólito Ribeiro. Contava ainda, à frente de suas fileiras, com os coronéis João Francisco – apelidado *Hiena do Cati* -, Joaquim Tomás dos Santos Filho e Mena Barreto, e o major Chachá Pereira.

> Ao tentar impor uma coerção total na prática da política rio-grandense, Castilhos só poderia encontrar uma reação armada, como já acontecera na Revolução Farroupilha, entre os conservadores centralizadores e os liberais (FLORES, 1993A, p. 41).

E foi o que aconteceu. No início de fevereiro de 1893, o general João Nunes da Silva Tavares traz ao conhecimento público (uma proclamação) possíveis atrocidades causadas pelo governo dos republicanos e que a opção que sobrara "[...] é conquistar a liberdade de nossa terra pelo brilho de nossas armas" (FLORES, 1993A, p.41).

Assim sendo, ainda em fevereiro (2.2.1893), o cel. Gumercindo Saraiva, liderando cerca de 400 mal armados combatentes, atravessa a fronteira, pelos Serros de Aceguá (FLORES, 1993A, p. 41). Enquanto isso, o comandante chefe das forças revolucionárias, o general Silva Tavares, acabou por reunir uma força com mais de 3.000 homens, que invadiriam pela região conhecida como Carpintaria (Uruguai). O objetivo dos invasores seria a tomada da cidade de Santana do Livramento.

Por outro lado, em meio a tudo isso, Júlio de Castilhos toma posse como Presidente do Estado (8.2.1893). E conforme sublinhado pela republicana Constituição de 1891, o mandatário do poder Executivo teria a liberdade para medidas de cunho autoritário. Além disso, Júlio de Castilhos contava ainda com ampla coesão do PRR. E durante a sua posse, Júlio de Castilhos deixou claro como iria governar e o como se comportaria perante os primeiros invasores:

> Partindo da sua divisa – *Conservar melhorando* – pretendia ser tolerante com as opiniões e pronunciamentos pacíficos, mas seria enérgico "contra os inimigos da paz pública, da segurança e sossego da sociedade" (FLORES, 1993A, p. 45).

E propondo-se o líder do povo, Castilhos seria o responsável pela reação.

Os maragatos começam a atravessar a fronteira com a intenção de dominar algumas cidades gaúchas. Logo em seguida a Gumercindo Saraiva, as tropas do

coronel Machado, Rafael Cabeda, Davi Silva e do major Sebastião Coelho, com pouco mais de mil maragatos, acampam próximos a Santana do Livramento. E antes deles, vindos do Uruguai também, chegaram o cel. Marcelino Pina e José Serafim de Castilhos (o Juca Tigre), com um plantel de cerca de 800 guerrilheiros mal armados (FLORES, 1993A, p. 43).

A poucos quilômetros dali, o cel. Ulisses Reverbel (e uma força de 280 homens) atravessam o rio Quaraí para, dois dias depois, tomarem a cidade de mesmo nome.

A partir da madrugada do dia 22 de fevereiro, Gumercindo Saraiva (no comando da vanguarda do gen. Silva Tavares) lança ataque contra a guarnição que defendia o município de Dom Pedrito. Esse era guarnecido por 400 soldados do 6º Regimento de Cavalaria Ligeira. Mesmo contando com um número superior de homens – cerca de 3.000 – os invasores apresentavam peculiar desvantagem: havia dentre eles apenas 200 atiradores, sobrando aos tantos outros serem armados de lanças (FLORES, 1993, p. 43). Assim mesmo, os maragatos obtêm interessante vitória sobre os legais, já na manhã do dia 23. Muitos dos rebeldes começam a se deslocar para Santana do Livramento, sitiada desde o dia 20 por outros maragatos.

Ainda sobre a disputa por Dom Pedrito, Wenceslau Escobar (1983, p. 98) afirma que "[...] o efeito moral desta vitória valeu muito mais que o material bélico tomado, constante apenas de umas 50 "winchester", 20 ou 30 "miniês[3]", algumas espadas, lanças, revólveres "nagans[4]" e 4.000 tiros".

Mas eis que, no último dia do mês, as forças rebeldes sofrem o seu primeiro revés: o cel. Salvador Pinheiro Machado derrota os guerrilheiros de Jacques de Simone que, inclusive, morre em combate. Eram cerca de 600 legalistas contra 120 revolucionários vindos de Corrientes, na Argentina (FLORES, 1993A, p. 45).

Os federalistas, sitiando a cidade, tinham em suas fileiras algo como 6.000 homens, mas somente 700 armas e escassa munição. Já as forças legais da cidade, guarnecidas pelo general Isidoro Fernandes, não tinham nem 800 homens, porém todos armados e com boa munição (FLORES, 1993A, p.44).

Diante da notícia de que o general João Teles (pica-pau, de Bagé) estava indo para Santana do Livramento, o maragato Silva Tavares conferenciou com seus

[3] Carabina de origem francesa. Chegou ao Brasil no final dos anos 1850 e foi usada amplamente pelos Voluntários da Pátria durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-70).
[4] Nagan (ou Nagant) era um revólver de origem belga. Chegou ao Brasil no início da década de 1880.

comandantes – aqueles há alguns dias acampados nos arredores da cidade e que agora se denominavam Exército Libertador – que uma invasão à Santana não seria uma boa ideia. Teles trazia consigo 1.800 soldados; e o cel. Francisco Portugal mais 500 milicianos (FLORES, 1993A, p. 45).

Silva Tavares, então, toma o rumo de Dom Pedrito. Antes, porém, divide 800 de seus homens entre os subordinados sitiantes. Entretanto, nos banhados de Upacaraí (entre as duas localidades), a vanguarda do Exército Libertador troca tiros com as forças de Teles. Cabe a Gumercindo Saraiva e tropa bater em retirada para D. Pedrito.

Já o cel. Antônio Ferreira Prestes Guimarães, um dos sitiantes, recebe o ataque dos milicianos do cel. Portugal. Desta vez, os pica-paus se retiram, voltando no dia posterior.

Com as tropas legalistas na cidade, ficou difícil o acesso maragato aos suprimentos, visto que estes vinham de Rivera (Uruguai). Além disso, os diários confrontos trouxeram o gasto das já escassas munições. Como se percebe, o cerco à cidade de Santana do Livramento deu apenas prejuízo aos maragatos.

Em Alegrete, houve pequena resistência legalista quanto à chegada do cel. Marcelino Pina de Albuquerque. Aqueles que fugiram deixaram para trás uma centena de armas e muita munição. Logo chegaria à cidade a coluna de Prestes Guimarães, elevando o número de federalistas para algo em torno de 1.000. Prestes Guimarães ficou responsável pelo comando do 1ª Divisão do Exército Libertador. Os coronéis Marcelino Pina e Manoel Machado assumiram cada um o comando de uma brigada.

O tenente do Exército Joaquim Tomás dos Santos Filho, empossado coronel, recebe ordens do governo estadual para que deixasse a localidade de Cacequi e atacasse os rebeldes em Alegrete. Os federalistas, porém, surpreendem os legalistas no meio do caminho. Eram 1.300 revolucionários (400 com armas de fogo) contra 1.600 pica-paus. Por cerca de 14 horas, Santos Filho manteve uma estratégia defensiva. Sua derrocada começou quando o cel. Firmino de Paula, no comando da cavalaria legalista, deixou o campo de batalha, arrastando inclusive a infantaria. Santos Filho (ferido) e outros 49 foram feitos prisioneiros. Nesse combate foram mortos 20 rebeldes e 200 castilhistas (FLORES, 1993A, p. 47).

Quase um mês depois de sua chegada a Quaraí, Reverbel ocupa de vez a cidade. Quanto à guarnição pica-pau, chefiada pelo Barão do Toropí que, junto a

seus quase 200 homens, não têm alternativa a não ser se retirarem para Santana do Livramento.

Em Caçapava, Laurentino Pinto Filho, no comando de pouco mais de 250 homens, toma a cidade. Algumas carabinas e munições são recolhidas. Ao saber – e para evitar um confronto – que nas proximidades da cidade estavam tropas castilhistas, Pinto Filho entrega o comando da localidade ao capitão Pedro Maciel; Laurentino se juntaria às forças de Silva Tavares.

Já em Santo Antônio da Patrulha, o desfecho foi outro. Praticamente sem armas, o maragato cel. Vicente Gomes arregimentou 300 homens. Seguindo ordens de Castilhos, o pica-pau capitão Jaime Teles foi indicado para sufocar uma possível revolta na cidade. Teles marcou conferência com Gomes, que no meio da conversa sobre um acordo recebeu voz de prisão. O maragato conseguiu subir e disparar em seu cavalo – porém, seu companheiro José Braga foi ferido mortalmente. O que Gomes não imaginava é que os castilhistas não haviam desistido:

> Os legalistas assaltaram a fazenda de Vicente Gomes, roubando a criação, móveis e roupas. Depois, prenderam sete pessoas da família dentro da casa, que foi totalmente queimada. Mataram ainda um cunhado de Vicente Gomes, seu irmão Antônio Gomes e sua velha mãe (FLORES, 1993A, p.57).

Conforme ainda Escobar (1983) a força legal praticou neste município violências verdadeiramente inauditas. Os revolucionários ocupam Santa Vitória do Palmar, no sul, e Estrela, desguarnecida no centro do Estado.

O coronel do Exército Luís Alves Leite de Oliveira Salgado, vindo do Rio e que passara para o lado da Revolução, assume o comando da 1ª Divisão – comandada até então por P. Guimarães. Assim, esse destacamento ganha um novo nome – 2º Corpo do Exército Libertador – e Oliveira Salgado assume o posto de General.

Por divergências com Floriano Peixoto, o governador de Santa Catarina, Manoel Joaquim Machado, rompe com o presidente da República. Os federalistas catarinenses partem para a luta armada.

O estancieiro e senador José Gomes Pinheiro Machado criou uma forte coluna militar denominada Divisão do Norte. Essa foi logo em seguida dada em comando ao general Francisco Rodrigues Lima. Dentre suas primeiras vitórias está a tomada de São Borja, onde o maragato Dinarte Dorneles e companhia são obrigados a se retirarem.

No intento de esmagar os rebeldes maragatos, Júlio de Castilhos recebe em Porto Alegre o ministro da Guerra, o general Moura. Os generais João Teles e Bacelar, vindos de Bagé e Cacequi, respectivamente, se encontram com os outros na Capital gaúcha.

Em Uruguaiana, chegam os legalistas da Divisão do Norte. O general Hipólito Ribeiro assume o comando geral da força legalista. Logo em seguida, o general João Teles segue em perseguição aos maragatos do general Silva Tavares, que intencionava unir forças com as tropas de Oliveira Salgado.

No arroio Inhanduí, mais precisamente no passo da Marmota, é onde os generais rebeldes uniram suas forças. Na margem direita do mesmo arroio os revolucionários armaram uma tocaia para a vanguarda dos pica-paus, sob o comando de J.G. Pinheiro Machado. A cavalaria maragata, com Gumercindo Saraiva a sua frente, traz danos consideráveis aos castilhistas.

Coube aos legalistas apenas se defenderem, com o uso de canhões e metralhadoras, porém, sem causar grandes estragos aos federalistas. O combate durou aproximadamente seis horas. No cair da noite, os entraves cessaram. Porém, num erro tático, os maragatos de Salgado e Silva Tavares bateram em retirada, aproveitando a escuridão (FLORES, 1993A, p. 53). Apenas uma brigada ficou no local, para emular a existência de um grupo maior de federalistas. No raiar do dia, os pica-paus perceberam a encenação e fuga dos adversários.

No arroio Upamoroti, o general João Teles e outros atacam Gumercindo Saraiva. Os rebeldes são obrigados, mais uma vez, a alcançar a fronteira. Logo, as tropas de Lima, João Teles e Pinheiro Machado entram em Bagé em busca de suprimentos. O desgaste, pelo lado dos castilhistas, os obriga a se separarem:

> O gen. Hipólito Ribeiro deslocou-se de Santana do Livramento para Uruguaiana. O gen. Xavier da Câmara, que saíra de Cacequi, retirou-se para Cachoeira do Sul. O gen. Lima, o senador José Gomes Pinheiro Machado e o cel. Artur Oscar, com aproximadamente 1.500 soldados e pouca montaria, recolheram-se a Bagé para se refazerem (FLORES, 1993A, p. 56).

Além do cansaço físico e da precariedade das munições, muitos animais morreram devido à fraqueza, peste e fome. Já na Fronteira, os líderes rebeldes se encontram para reavaliarem a situação do conflito.

Em Melo - Uruguai, Oliveira Salgado, após deixar seus irmãos de causa para trás, manda mensagens telegrafadas a Gaspar Silveira Martins. Seu objetivo era a

obtenção de mais recursos para as tropas maragatas. Para continuar a luta, Saraiva e mais 1.100 homens se separam do Exército Libertador e seguem, atravessando a linha inimiga (FLORES, 1993A, p. 56).

Em São Sepé, Gumercindo Saraiva é recebido com certa festividade pelos locais. Os maragatos aproveitaram para adquirir roupas novas. Porém, já fora dos limites da cidade, quando tentavam atravessar o rio Jaguari, os revolucionários foram surpreendidos pela Divisão do Norte. Apesar do intenso tiroteio que marcou o encontro entre as forças, os maragatos conseguiram cruzar o passo.

O cel. Mena Barreto, comandando as forças que se chocaram com Gumercindo, obrigou o chefe maragato e seus homens a fugir para Dom Pedrito. Na localidade, as forças de Barreto impuseram forte resistência. Tentando ludibriar os adversários, Gumercindo ordenou que a maioria de seus homens transpassasse o Piraí. Os castilhistas, acreditando que se tratava de uma debandada maragata, foram ao seu encalço. Porém, era mais uma emboscada dos rebeldes, que colocaram os governistas em retirada.

Outra armadilha maragata: passando para o lado uruguaio, na Serrilhada, Gumercindo fingiu uma fuga desenfreada, visando a separar a cavalaria inimiga da infantaria. Os que perseguiram se chocaram com a cavalaria maragata (que estava oculta, na espera). O cel. Aparício Saraiva e o cel. Torquato Severo ficaram responsáveis por comandar os ataques com lanças. Com a cavalaria dispersa, somente restou à infantaria voltar ao lado brasileiro da fronteira e de lá tentar alguma coisa. Porém, antes de partir, os governistas deixaram para trás cerca de 33 mortos (FLORES, 1993A, p. 60).

Entre maio e julho de 1893, acontece algo no cenário nacional que encontraria interesses no regional.

Eduardo Wandenkolk, senador e vice-almirante, era um severo crítico de Floriano. O presidente, em repúdio, o reformou e deportou, junto a outros 12 generais, para Tabatinga, no Amazonas. O reformado vai para Montevidéu e se encontra com Gaspar Silveira Martins. Era maio de 1893. Em Buenos Aires, Eduardo Wandenkolk tomou o navio frigorífico *Júpiter.* Esse foi armado com canhões. A intenção era chegar a Rio Grande, cidade que deveria ser atacada, por terra, por Gumercindo Saraiva. O navio entrou na barra do Rio Grande no dia 7 de julho. Os rebeldes ficaram esperando Gumercindo e suas tropas até o dia 12. Não

acontecendo, os rebeldes navegaram até Canasvieiras, na ilha de Santa Catarina, onde foram capturados pelo cruzador *República* (FLORES, 1993A, p. 61).

Envolto na Revolta da Armada, o cruzador *República* chega a Santa Catarina. Em São Francisco, homens desembarcaram e vandalizaram a rede telegráfica. Com a chegada do navio frigorífico *Palas,* do torpedeiro *Marcílio Dias* e do navio *Meteoro*, vindos do Rio de Janeiro, as embarcações partem para a ilha de Santa Catarina. Era setembro.

Pequenos embates são travados. Chefiados pelo barão do Batovi, o marechal Manuel de Almeida Gama Lobo D'Eça; os militares deram apoio aos marinheiros revoltosos. Tal altitude foi seguida pela Assembleia Legislativa e pelo governador local, Cristóvão Nunes Pires.

Do Rio Grande, partem o político Barros Cassal e o cel. Laurentino Pinto Filho, para Desterro. Foram mandados por Silveira Martins, que continuava em Montevidéu. Com eles foram outros rebeldes, assim como outros tantos foram para Joinville. Os chefes revolucionários aclamam Frederico Guilherme de Lorena como presidente do governo provisório de Santa Catarina.

De outra parte, no início de novembro, os maragatos Oliveira Salgado e Gumercindo Saraiva e seus homens atravessam o rio Pelotas, divisa natural entre os estados, chegando a Santa Catarina. Porém, com a Divisão do Norte no encalço do Exército Libertador, somente coube a separação: para Lages, foi Saraiva; Salgado foi para Tubarão. Enquanto isso, alguns tramavam uma coluna para adentrar o estado do Paraná.

Em Laguna, planejando um ataque a Artur Oscar, Salgado recebe homens enviados por Pinto Filho, somando agora o 2º Corpo com mais de 1.600 revolucionários. Porém, o ataque foi sabotado: os legalistas fortificaram a ponte sob o rio Tubarão, fazendo os rebeldes regressaram para Laguna (FLORES, 1993A, p. 80).

Começam os desentendimentos entre os revolucionários. Ainda em Montevidéu, Silveira Martins ordena que Francisco da Silva Tavares e Francisco Antunes Maciel fizessem parte do recente governo provisório de Desterro. Lorena, que governa numa ditadura como a combatida pelos revolucionários (a de Floriano Peixoto), e seus comandados, negara-se a sair do poder.

Entre os dias 16 e 18 de novembro, tropas legalistas causam impactos efetivos aos maragatos. Gumercindo e seus homens ainda estavam sob

perseguição do cel. Fabrício Pilar. Perto de Lages, a vanguarda legalista troca tiros com maragatos. E quando Gumercindo Saraiva estava atravessando o rio Canoas, foi surpreendido por Salvador Pinheiro Machado e suas forças que, com tiros de metralha de oito canhões, estabeleceu o pânico entre os maragatos, obrigando-os a abandonar a cavalhada na margem do rio (FLORES, 1993A, p. 82). Gumercindo, depois de breve estada em Blumenau, parte para Joinville.

No início de dezembro, a bordo do encouraçado *Aquidabã*, o almirante Custódio de Melo chega a Desterro. As constantes discussões entre os revolucionários acarretou a nomeação do general Antônio Carlos da Silva Piragibe para chefe do corpo de exército que operava naquele momento no estado de Santa Catarina. Juca Tigre avança para Rio Negro, no Paraná, com mais de 200 rebeldes (FLORES, 1993A, p. 83). O general Luís Alves Salgado ficara de vez em Laguna.

Sem mantimentos e com a munição acabando, o general Francisco Rodrigues de Lima e outros comandantes da Divisão do Norte resolvem voltar ao Rio Grande do Sul. Era véspera de ano-novo.

Sem espaço de diálogos com o governo revolucionário catarinense, Oliveira Salgado também decide voltar para o Rio Grande do Sul. Em fevereiro de 1894, sua vanguarda (comandada por Inácio Cortez e com pouco mais de 300 homens) entra em confronto com as armas de Salvador Pinheiro Machado, já nos domínios de Vacaria (FLORES, 1993A, p. 83). Os maragatos foram cercados quando outras brigadas da Divisão do Norte chegaram; a intervenção da coluna sob o comando do general Salgado salvou os primeiros maragatos.

Em meados de abril, os legalistas catarinenses tomam o poder, sendo empossado o cel. Antônio Moreira César. Muitos que foram considerados federalistas foram presos, enchendo as cadeias de muitas cidades, numa verdadeira caça às bruxas, em que os delegados da legalidade ordenavam fuzilamento sem processo, sem julgamento, obrigando as vítimas a cavarem suas covas (FLORES, 1993A, p. 84). Inclusive o comandante Lorena.

No estado do Paraná, os rebeldes focam seus ataques ainda em princípios de 1894. Na primeira tentativa, em Tijucas, a guarnição republicana repele os rebeldes. Não demoraria muito até que Gumercindo Saraiva iniciasse um intenso cerco à cidade, que no momento era defendida pelo capitão Ismael Lago e mais de 400 homens (FLORES, 1993A, p. 85). Isolada, Tijucas só tem uma opção: rendição.

Alguns rebeldes gaúchos, sob o comando do cel. Timóteo Alves, ocupam a cidade Paranaguá. Em Curitiba, a guarnição era defendida pelo cel. Pego Júnior, responsável pelo Distrito Militar do Sul que, temendo o avanço dos revolucionários, abandona Curitiba.

Em Lapa, chegam os maragatos do general Carlos Piragibe para um novo cerco. A cidade, que já estava fechada por barricadas, era guarnecida pelo cel. Antônio Ernesto Gomes Carneiro, que tinha sob seu comando 750 homens (FLORES, 1993A, p. 86). A chegada de mais maragatos e dos oficiais Laurentino Filho, Juca Tigre e Torquato Severo aumentava ainda mais o cerco à cidade. Os dias iam passando enquanto o confronto continuava à exaustão. O cel. Gomes Carneiro não cedia nem diante da queda de Tijucas, Curitiba e Paranaguá. Aliás, os federalistas só entraram na cidade quando o coronel legalista morreu em decorrência de um ferimento (FLORES, 1993A, p. 87).

Os federalistas foram para Curitiba em busca de reforço bélico e descanso. Conforme Flores (1993, p. 88) os 26 dias do cerco da Lapa e dois meses de descanso deram tempo para que o Exército Nacional juntasse recursos para dar um basta nas revoltas e expulsar os rebeldes de Santa Catarina e Paraná.

Em maio, começaria o verdadeiro período do terror paranaense, com a nomeação do general Francisco Raimundo Ewerton Quadros para o Comando de Exército no Paraná. Pessoas acusadas de conluio com os federalistas foram fuziladas.

A partir dali, alguns maragatos praticaram ataques contra guarnições legalistas, como Encruzilhada e Cachoeira do Sul. O objetivo era angariar armas, munições e animais. No momento em que obteve uma soma de 6.000 cavalos, Gumercindo Saraiva tomou o rumo de São Gabriel (FLORES, 1993A, p. 62).

No Serro do Ouro, um local próximo a São Gabriel, Gumercindo Saraiva derrota o coronel Portugal. Os pica-paus guardavam uma bela posição no terreno. Os maragatos foram protegidos por um nevoeiro denso, que quando se dissipou, forneceu posição interessante para trocas de tiros entre os desiguais números: 1.200 legalistas armados contra 400 maragatos atiradores. Assim mesmo, ficaram no palco do entrave 127 legalistas mortos contra 12 rebeldes (FLORES, 1993A, p. 62). Há de se ressaltar que, da fuga desordenada dos governistas, os castilhistas foram alvos das cavalarias de Aparício Saraiva e outros, durante determinada distância.

Porém, as tropas maragatas, sabendo da proximidade da Divisão do Norte, optam por não entrar em São Gabriel – o destino passa a ser Alegrete.

Perseguidas, as colunas reunidas de Gumercindo Saraiva e Oliveira Salgado agora são perseguidas pela Divisão do Norte. A separação torna-se necessária. Saraiva e seus comandados atacam Itaqui. A resistência na localidade foi mínima. Já a retaguarda de Oliveira Salgado sofre ataque de Pinheiro Machado. Porém, logo em seguida, o comandante maragato dirigiu-se a Itaqui para encontrar Gumercindo Saraiva. Na cidade, ambos ficam sabendo, a partir uma flotilha no rio Uruguai, que estava acontecendo no centro do país a Revolta da Armada.

O ministro da Marinha de Floriano, almirante José Custódio de Melo, propôs que o presidente depusesse Júlio de Castilhos (abril de 1892). Sua ideia era garantir às eleições ampla liberdade de voto e oposição. Porém, Floriano não seguiu tal proposição, impondo a demissão do alm. Melo (junto demitido também foi o ten-cel. Serzedelo Correia, ministro da Fazenda, que deixara claro que o país estava na falência e sem fundos para uma guerra civil). A oposição via em Melo uma opção para a sucessão de Floriano. Em 6 de setembro de 1893, Melo toma o cruzador *Aquidabã*, no porto do Rio de Janeiro, dando início à Revolta da Armada. O principal objetivo era restaurar a Constituição, isto é, depor Floriano.

Porém, Melo tinha em suas mãos péssimas máquinas de combate: faltava carvão, mantimentos e peças sobressalentes. Segundo Moacyr Flores (1993A, p. 66) num erro tático, Melo deixou de tomar a Armação, com vasto depósito de canhões, torpedos, munições e oficinas de armamento; abandonou as ilhas de Mocanguê e Viana com oficinas, diques, navios e depósito de carvão, bem como os paióis de pólvora na ilha do Governador. Limitou-se a embarcar marinheiros em navios sucateados sem apoio de base, consumindo inutilmente combustível e alimentos. Em breve, a fome e o surto de beribéri atacaram os marinheiros.

As guarnições dos couraçados e cruzadores *Aquidabã, República, Guanabara, Trajano e Javari* aderiram à revolta, alinhando-se desde a ilha das Cobras até a de Villegaignon. Também entraram no confronto os navios mercantes (artilhados) *Marte, Júpiter, Amazonas e Uranus* e torpedeiros percorriam a baía da Guanabara.

Melo ordenou o bombardeio da cidade do Rio de Janeiro. A intenção era apavorar a população, fazendo-a exigir a saída de Floriano. Porém, aconteceu ao contrário: o povo ficou ao lado da ordem, ou seja, apoiaram a manutenção de

Floriano Peixoto: “Como sempre acontece, depois que a opinião pública se manifesta nas ruas e pelos meios de comunicação, os senadores e deputados aderiram a Floriano Peixoto” (FLORES, 1993A, p. 67).

Já no início de dezembro de 1893, o movimento ganha a adesão do almirante Luís Filipe Saldanha da Gama. Segundo Flores (1993A, p. 68) esse almirante tinha intenções restauradoras. Gama fez sérias ameaças de bombardeios mais pesados à Capital Federal se dos morros cariocas partissem agressões governistas. Porém, o presidente mandou retirar os canhões, visando a poupar a população e trazer para seu lado a simpatia desta. Entre os meses de dezembro e março de 1894, Floriano e os legalistas travaram intensa resistência aos rebeldes, restando a muitos deles o pedido de asilo em navios portugueses que, rompidas as relações Brasil-Portugal, partiram para Montevidéu.

Após o encontro em Itaqui, mais precisamente na flotilha no rio Uruguai, os federalistas decidem seguir com sua jornada, agora tomando o rumo do Planalto gaúcho. No encalço deles, a Divisão do Norte.

E por onde passavam o rastro era de sangue e tragédia:

> A Divisão do Norte e a de Gumercindo Saraiva, rapinaram os campos por onde passaram, deixando um rastro de sangue ora dos partidários dos republicanos, ora dos simpatizantes dos federalistas. Bandos armados eram lançados em todas as direções, em busca de cavalos, víveres e armas. Galopavam soltos os cavaleiros do Apocalipse (FLORES, 1993A, p. 71).

Gumercindo Saraiva, no Mato Castelhano (RS), coloca em retirada o capitão Chachá Pereira e seus homens. Porém, ainda no Planalto, na saída de Lagoa Vermelha, a retaguarda de Saraiva é atacada pelos homens de Salvador Pinheiro Machado. Perto da vila de Bom Jesus, próximo a Vacaria, o cel. Isidoro Dias Lopes entra em combate com a vanguarda da Divisão do Norte, onde dois soldados prisioneiros maragatos foram degolados.

O federalista Oliveira Salgado, em contato com os rebeldes catarinenses, propõe levar tropas ao estado vizinho. No dia 2.11.1893, mais de 3.000 maragatos transpassam o rio Pelotas, fazendo com que mudasse a forma da revolução, “[...] mas continuava com sua sede de vingança e violência” (FLORES, 1993A, p. 72).

A partir de então, a violência ganha cada vez mais toques de crueldade, a exemplo da intolerância a partir do governador:

> Telegramas de Júlio de Castilhos
>
> Coronel Soares. – Camaquã – Não poupe adversários, castigue nas pessoas e bens, respeitando famílias. Viva a República – Castilhos.
>
> Coronel Madruga – Cacimbinhas – Adversários não se poupa nem se dá quartel. Remeto armas e munições que pede – Castilhos.
>
> [...] o inteiro desagravo da república ultrajada requer que, ultrapassados mesmo certos limites, com as devidas cautelas e discrição, sofram pela eliminação, o justo castigo que merecem odientos caudilhos, que nos vieram trazer o assassinato, o roubo, a desonra dos lares por meio de agentes mercenários, aliciados entre criminosos e desocupados de países estrangeiros – Castilhos (ESCOBAR, 1983, p. 174).

O que sobrava aos adversários políticos de Júlio Prates de Castilhos? A degola, fuga ao Uruguai ou se alistarem nas tropas maragatas.

Enquanto isso, Gumercindo Saraiva e Oliveira Salgado, depois de atravessarem o rio Pelotas, tomam destinos diferentes: Saraiva vai para Lages; Salgado segue para Tubarão. O pica-pau Artur Oscar, na caça dos federalistas, chega a Torres – sua intenção é marchar para Tubarão. Porém, na tentativa da travessia do rio Araranguá, Oscar trava combate com o tenente Felinto Perry, que estava no comando do pequeno vapor *Itapemirim*.

Os comandados por Silva Tavares chegam a Rio Negro, atacando a coluna do marechal Isidoro Fernandes. Os prisioneiros legalistas são degolados pós-combate.

Nas proximidades de Bagé, federalistas começam a se juntar para atacar a cidade, que sob o controle do cel. Carlos Teles, era defendida por 800 soldados.

O general maragato Silva Tavares tinha sob seu comando, até então, cerca de 2.000 mil homens, mas contava com 300 armas. Com a chegada de Ulisses Reverbel e Rafael Cabeda, a soma de homens vai para mais de 3.000 e o número de armas para 1.200 (FLORES, 1993A, p. 75).

Na estação do Rio Negro (alguns poucos quilômetros de Bagé), estava acampado o general pica-pau Isidoro Fernandes, com 1.300 homens. Noutra estação, a de Santa Rosa, estava guarnecida por mais de 600 homens, sob o comando do cel. Manoel Pedroso. Defender as estações era uma estratégia lógica aos legalistas.

A estação de Santa Rosa foi atacada pelo general Marcelino Pino, que forçou os castilhistas a recuarem ao ponto de juntarem as tropas que defendiam a estação do Rio Negro.

Entrincheirados na manhã do dia 27.11.1893, os republicanos ofereceram resistência. Vinte e quatro horas depois, extenuados e sob a garantia de vida, os republicanos se rendem.

Os maragatos tiveram algo em torno de 30 baixas enquanto no lado dos castilhistas o número foi de aproximados 200 homens. E, conforme descrito, cerca de 600 caíram prisioneiros. O relato sobre o que se seguiu com alguns desses cativos é o que trouxe fama para o acontecido:

> Então começaram as vingativas degolas, primeiro o cel. Manoel Pedroso, os tenentes coronéis Cândido Garcia, Manoel Alves e outros oficiais, até chegar aos soldados. [...] mais de 300 republicanos foram degolados (FLORES, 1993A, p. 75).

Quanto ao ataque a Bagé: Silva Tavares não atacou a cidade imediatamente – na verdade os maragatos só tentaram entrar na cidade em 22.12.1893. Antes disso o general Hipólito Ribeiro (partindo de Uruguaiana) e o cel. João Cezar Sampaio (marchando de Piratini) avançaram para ajudar os sitiados. Durante o trajeto, recebendo armas e munições.

Os maragatos conseguiram conquistar bons espaços na cidade, porém, a praça da matriz estava bem protegida pelo cel. Carlos Teles, armado com metralhadoras. Nos primeiros dias de janeiro do novo ano, sabendo da chegada do reforço castilhista e com as munições escassas, os maragatos fugiram.

Já correndo o ano de 1894, as forças do cel. legalista José Gabriel são derrotadas pelos rebeldes, em Umbu, Passo Fundo. Porém, um mês depois, os maragatos do cel. Veríssimo da Veiga, são derrotados pelas forças do cel. Santos Filho.

Pelo passo de Santa Vitória, regressam as forças da Divisão do Norte ao Rio Grande do Sul. Nas proximidades de Rosário do Sul, o general federalista Silva Tavares divide suas forças em três colunas. Ele próprio marcharia rumo a D. Pedrito, Piraí e depois Uruguai. Marcelino Pina tomaria o rumo de São Gabriel. Já Ulisses Reverbel, Davi Martins e Rafael Cabeda iriam para o passo de S. Borja, no rio Santa Maria.

Os comandados pelo cel. Sampaio expulsam os maragatos de São Gabriel. Palmeira das Missões é retomada por forças castilhistas. Já Santa Maria é conquistada pelos maragatos de Pina. Os maragatos tomam Palmeira das Missões.

Ainda em Santa Catarina, o cel. Salvador Pinheiro Machado trava combate com os maragatos que entraram em Lages, enquanto sua vanguarda protagoniza embate com uma coluna do gen. Salgado perto de Bom Jesus. Mais tarde, já de retorno para Tubarão, o gen. Salgado choca-se com as tropas de Salvador Pinheiro Machado, na Serra do Oratório.

Em Paranaguá, o almirante Custódio de Melo recebe cartas de Gumercindo Saraiva (já nos domínios de Curitiba). Nas letras de Saraiva a conquista da barra e o porto do Rio Grande seria o ponto nevrálgico para o sucesso federalista. Para tanto, Melo organizou uma expedição que contava com 2.000 homens e os navios *Iris, Meteoro, Esperança e Uranus.* Eles partiram de Desterro.

Os revolucionários entram na barra do Rio Grande. Nos arredores da cidade do Rio Grande, porém, os rebeldes que haviam desembarcado são repelidos pelas forças legalistas de Carlos Teles. Alguns rebeldes dos maragatos das forças de Laurentino e Salgado embarcam nos navios do almirante Custódio de Melo, em direção ao Uruguai.

Em abril, em Palmeira das Missões, as forças maragatas do cel. Ubaldino Machado se apoderam da vila de Santo Ângelo. Logo, o cel. Antônio Ferreira Prestes Guimarães, vindo da Argentina, uniu-se as tropas de Ubaldino Machado. Eles tomam Palmeira e marcham em direção de Cruz Alta. P. Guimarães, escoltado, parte para Passo Fundo. Já os outros maragatos armam acampamento na localidade do Boi Preto.

De acordo com Flores (1993A, p. 77) circulava entre os acampados que a paz entre legalistas e federalistas tinha sido selada. Animados, os revolucionários e algumas moças da região organizaram um baile com churrasco e muita bebida. Com as defesas literalmente baixas, coube ao cel. Firmino de Paula cercá-los e começar o tiroteio. No início da manhã os rebeldes ergueram a bandeira branca da paz. Foram aprisionados 370 maragatos.

> [cel. Firmino de Paula] Entrevistou os prisioneiros, separando os que foram incorporados à sua tropa dos que foram amarrados com cordas. Ao longo da estrada da Palmeira até Cruz Alta, de distância em distância, fuzilaram os prisioneiros em grupos. Degolaram os maragatos feridos (FLORES, 1993, p.77).

A vingança do Rio Negro estava feita.

Os meses de maio e junho são marcados pela perda de territórios dos maragatos. Nas proximidades de Chagu (PR), Juca Tigre tem sua retaguarda destroçada pelo cel. Brás Abrantes. Ferozmente perseguido até Foz do Iguaçu, Tigre se retirou para Argentina.

O pica-pau Artur Oscar impõe derrota ao cel. Torquato Severo. O enfrentamento faz com que os rebeldes recuem até o acampamento localizado em Barracão. Já nas redondezas de Encruzilhada do Sul, o maragato Albuquerque Pina é derrotado pelo general Hipólito Ribeiro.

Na sua volta do Paraná, Gumercindo Saraiva foi atacado pelos soldados do senador José Gomes Pinheiro Machado, na altura do rio Pelotas. Após o confronto, dez dias de descanso em Barracão. No arroio Pinheiro Torto (em Passo Fundo), monta acampamento com as forças de Prestes Guimarães, totalizando mais de 3.000 homens. Depois, já no princípio de agosto, é a vez das forças de Dinarte Dorneles se juntarem às de Saraiva.

Durante o tempo que essas forças estiveram na região, muitos confrontos com a Divisão do Norte aconteceram. Porém, foi numa volta de reconhecimento de terreno que Gumercindo encontrou seu desfecho. Do mato saíram dois tiros que o feriram mortalmente. Segundo Hernani Donato (1996, p. 247) “[...] o exército federalista não deu batalha no outro dia. Repartiu-se e buscou outros rumos. Com Gumercindo morria a revolução”.

Escobar (1983, p. 285) explica que o cadáver, já enterrado, teria sido profanado. Por ordem do cel. Pantaleão Teles, um major cortou a cabeça de Gumercindo e, posteriormente, enviou a Júlio de Castilhos.

Dentro do mesmo contexto de derrotas, Aparício Saraiva e Torquato Severo, com muitas dificuldades, atravessam o rio Uruguai e se asilam. As colunas de Dinarte Dorneles e Prestes Guimarães são dissolvidas. Contra todos os desejos federalistas “[...] os castilhistas dominavam o Rio Grande do Sul, estando os revolucionários escondidos ou emigrados na República do Uruguai” (FLORES, 1993, p. 93).

Responsável pelo último fôlego de resistência da malfadada Revolta da Armada, o almirante Saldanha da Gama esteve por um período na Europa. Seu retorno é direto para Montevidéu, onde se reúne com os federalistas. Passam-se

cerca de quatro meses até que armas e homens sejam organizados para uma nova invasão (FLORES, 1993A, p. 109).

Gama dividiu os homens em três corpos: o 1º, sob o comando de Aparício Saraiva; o 2º ficou a cargo do general A. Carlos Piragibe e o 3º entregue ao general Guerreiro Vitória.

O primeiro a invadir foi o general Piragibe. Em Upamoroti, o general fixou acampamento, passou o comando ao cel. Bento Xavier e depois migrou para o Uruguai. Os rebeldes, já sob o comando do cel. Bento Xavier, se unem às forças de Marcelino Pina, seguindo marcha para o norte. A intenção dos rebelados é atacar a vila de Rosário do Sul. Em um primeiro momento a localidade foi conquistada. Porém, logo com a aproximação de tropas legalistas, os federalistas são obrigados a marchar de volta ao sul. As forças de Pina foram para Serrilhada, enquanto as de Xavier foram para Quaraí. As forças dos coronéis Zeca Tavares e Gaspar Barreto, federalistas pertencentes ao corpo do general Piragibe, são derrotadas pelo cel. Cipriano Ferreira, no Arroio das Traíras, próximo a Bagé.

A posse de um novo presidente em meio ao contexto de guerra civil, Prudente de Morais (15.11.1894), nada mudava, pois, para Morais, somente a rendição dos rebeldes traria a possibilidade de um tratado de paz.

Com a missão de arrebanhar cavalos, Guerreiro Vitória (3º Corpo) invade o Rio Grande do Sul. Depois de um breve acampamento no arroio Chasqueiro, Vitória marchou e infligiu derrotas aos legalistas em Arroio Grande, Cacimbinhas (cidade depois conhecida como Pinheiro Machado, a cidade), Piratini, Canguçu e Camaquã.

Quando o pica-pau Savaget chega para tomar Camaquã, os federalistas já não se encontravam – haviam tomado o caminho do retorno. O mês era fevereiro e o ano 1895. Diversos embates foram travados entres as facções. E quando Carlos Teles, legalista de Bagé, ataca o acampamento de Vitória, os federalistas são obrigados a atravessar a fronteira, onde encontraram as forças de Aparício Saraiva.

O primeiro Corpo, comandado por Saraiva, conseguiu relativo sucesso ao derrotar legalistas em Santana do Livramento e Lajeado. Porém, quando a coluna se destinava a Dom Pedrito, fora surpreendido pela guarnição do general Elias Amaro, que forçou um tiroteio. Mais uma vez os federalistas vão para Serrilhada, Uruguai.

Unidos, Aparício e Vitória, somados a 300 lanceiros atacando a vanguarda de Carlos Teles, perseguindo e matando mais de 40 homens. Outro Teles, o João, vai se juntar a Elias Amaro, partindo para um ataque final às forças de Saraiva. Esse,

mesmo contando com uma cavalaria de 1.500 homens, está com escassez de armas e munições. Depois de algumas situações de confronto, a dispersão por parte dos federalistas foi geral (FLORES, 1993A, p. 110).

Pressionado pelo governo brasileiro, o Uruguai obrigou os maragatos a ficarem longe da fronteira. Enquanto isso, Prudente de Morais tramava o armistício de paz: nomeou o general Inocêncio Galvão de Queiroz como comandante do Distrito Militar do Rio Grande do Sul. Ele deveria se corresponder com o general João Nunes da Silva Tavares, para acordar a paz.

Entre os meses de abril e junho, Saldanha da Gama e seus homens sofrem com o frio. Eles estavam acampados no conhecido Rincão de Artigas. Desconhecedor do terreno, Saldanha foi surpreendido pelas forças do general Hipólito Ribeiro. Eram 400 maragatos contra 1.200 legalistas (FLORES, 1993A, p. 112). A conta foi trágica para os primeiros, inclusive com a morte de Saldanha da Gama. Os republicanos não fizeram prisioneiros.

Moacyr Flores descreve que, como um último ato de uma tragédia, o desfecho de tudo se deu “[...] com um rio de sangue eliminava-se a oposição, seguindo a orientação de Júlio Prates de Castilhos de que, para haver um governo forte, era necessário que não houvesse oposição” (FLORES, 1993A, p. 113).

Silva Tavares, em julho de 1895, encontra-se com representantes de Galvão Queiroz (que alegava estar doente) em Pelotas. Júlio de Castilhos não participou, pois da parte dos rebeldes, ele só aceitava a deposição de armas.

Na primeira ata lavrada do encontro havia duas condições para a rendição dos rebeldes: que a União garantisse todos os direitos (reconhecendo aqueles que lutaram como qualquer cidadão brasileiro) e que, quando requerido, a mesma arcasse com as indenizações aos prejudicados pelo conflito. A segunda condição foi negada pelo presidente – alegando que essa era uma prerrogativa do legislativo.

Somente então, no dia 23.8.1895, é assinado o tratado de paz. Ainda em Pelotas, Galvão enviou um telegrama ao Congresso requisitando que se reformasse a Constituição estadual, com o intuito de consolidar a paz. Ao mesmo tempo, chefes rebeldes e Galvão planejavam uma forma de tirar Castilhos do poder.

Castilhos cessou a agitação federalista com a transferência de Galvão para o Rio de Janeiro – isso foi conseguindo com a influência do senador Pinheiro Machado junto a Prudente de Morais.

Os exilados políticos, mesmo com medo, retornam ao Rio Grande do Sul e, contando com a presença de Gaspar Silveira Martins, organizam o Congresso do Partido Federalista (23.8.1896, em Porto Alegre).

2.1 Da Degola

> *Quando se pensa no conceito de violência, vem, logo, à tona, o julgamento de atos e situações, isto é, as formas específicas, em que se materializava a violência. Qualquer forma materializada de agressividade, crueldade ou de violência sempre terá uma justificativa por parte de seus agentes. [...] No Brasil meridional, a violência das revoluções rio-grandenses se expressou na degola, como a forma mais viril e eficaz para eliminação do adversário político tornado inimigo.*
>
> Chaves Flores

Segundo Elio Chaves Flores (1996, p. 83), tanto na região do rio da Prata quanto no Sul do Brasil, a degola encontrou espaço pelo fato de que os habitantes da região eram hábeis no uso de um específico instrumento: a faca. Nas lides cotidianas e campeiras da sociedade pastoril meridional, o bom peão era aquele que bem sabia manejar a faca, geralmente de proporções avantajadas. E sem essa, portanto, não há degola.

Conforme viajantes que passaram pela região, a partir dos séculos XVIII e XIX, a degola era uma prática muito comum adotada para abater o gado, bovino e ovino.

Poderia ser então a violência social uma extensão do tratamento dispensado ao gado. Para Joseph Love (1975, p. 61) degolar era a forma preferida dos gaúchos, tanto na região platina quanto no Rio Grande, de executar inimigos.

Outra possibilidade de análise: os habitantes do campo da região platina estavam longe da aquisição das armas de fogo, seja pelos altos preços ou pela difícil aquisição. A faca ainda seria a arma preferida para conflitos.

Sobre a origem da degola, Chaves Flores (1996, p. 88) sustenta que, apesar de suas condições históricas, ela é incerta. Registros apontam casos em diferentes lugares e épocas.

No sul da Itália, em torno do ano 1000, foram observadas práticas de degolas, principalmente contra muçulmanos invasores. Outros muçulmanos, os berberes do norte da África, levaram a prática para a Espanha. Na península Ibérica, sob sete

séculos de presença invasora, a degola era a “[...] arma cristã contra os ímpios e os infiéis invasores” (CHAVES FLORES, 1996, p. 89). Assim,

> Em Valência, os realistas praticaram inúmeras degolas quando o chefe espanhol José Tomás Boves, assim que tomou a cidade “hizo degollar por la noche y sin cofesión entre ochocientos a mil hombres”. Igual sorte teve Caracas quando as tropas do mesmo chefe entraram na cidade, degolando opositores (CHAVES FLORES, 1996, p.89).

Já no Novo Mundo, o mesmo autor argumenta que a prática foi trazida para América como forma de enfrentar os nativos. E pelo relato a seguir, a degola seguiu sendo praticada ao longo dos séculos:

> Nas lutas pela independência das colônias ibéricas houve muitos casos de execução por degolamento. Na Gran-Colômbia o próprio Bolívar, em 1814, temeroso de que os espanhóis presos em Caracas pudessem organizar sublevações, “ordenó que fueran pasados por las armas. Perecierón así ochocientos infelices, la mayor parte civiles” (CHAVES FLORES, 1996, p. 89).

A degola, como verificado, foi utilizada pelos ibéricos nas batalhas de reconquistas cristãs, veio com os conquistadores para América. Por fim, foi usada na luta contra a dominação colonial. Logo após os processos de independência, a degola foi usada para as disputas de poder entres os oligarcas.

E na sanguinária guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) quando argentinos, uruguaios e brasileiros atacaram os paraguaios, as degolas estiveram presentes também:

> Quando da rendição de Paisandu, em 1865, as tropas brasileiras entregaram os prisioneiros blancos aos partidários “colorados” de Venâncio Flores. Atos de degolas e fuzilamentos sucederam-se manchando a imagem “libertadora” do exército imperial. Os acontecimentos viraram casos diplomáticos (CHAVES FLORES, 1996, p. 94).

Assim como ocorreu no Rio Grande do Sul:

> O processo de violência recíproca entre castilhistas e federalistas, materializadas na degola dos prisioneiros, repercutiu não só nos agentes sociais daquela conjuntura, senão que traumatizou os formadores de opinião e a intelectualidade rio-grandense posterior. (CHAVES FLORES, 1996, p. 104).

A degola ocorreu mais significativamente quando a oposição entre os grupos se radicalizou. A popularização do ato era tratada, pelos oficiais, de maneira ambígua: tanto poderia ser um estímulo ao heroísmo inútil para fugir das garras do adversário, como um alarma de consequências generalizadas para a deserção (CHAVES FLORES, 1996, p.125).

As duas tragédias da primeira metade do ano de 1894 (Rio Negro e Boi Preto) colocaram a degola nas manchetes da imprensa. Em janeiro, os federalistas foram os responsáveis pela degola coletiva na estação do Rio Negro. Já em abril, foi a vez dos castilhistas degolarem mais de 300 cativos inimigos, no Boi Preto.

Assim como eram praticadas as degolas em grandes grupos de prisioneiros também era usual a prática em homens que se afastavam das tropas ou simplesmente solitários. Aos que eram feitos prisioneiros, o destino não era dos mais felizes: “[...] começava-se ordinariamente com a tortura, cujo ápice era a castração, e terminava na morte atroz pelo degolamento” (CHAVES FLORES, 1996, p. 128).

Na disputa entre federalistas e castilhistas, segundo Chaves Flores (1996, p. 129), quando um dos lados demonstrava menosprezo da condição humana alheia, somada à consequente vulgarização da eliminação do adversário político, impedia a trégua aos prisioneiros. É necessário, porém, perceber que a degola praticada nos campos não se resumia apenas às demandas do conflito:

> Tal qual a violência, degola não deixa de ser um recurso político e intencional para que seja alcançado um objetivo. [...] Pois, foi por “tornar mais resistentes as solidariedades” que a própria degola, praticada como um ato terminal ao adversário, seria transformada numa referência às valentias e às fraquezas dos soldados e combatentes meridionais. [...] Sem nenhuma dose de ironia histórica, a degola seria idealizada numa exaltação aos heróis beligerantes (CHAVES FLORES, 1996, p.130).

Os atos durante o confronto levaram o imaginário popular a formular diferentes versões sobre os degolamentos. É na literatura, no folclore e na tradição oral que a realidade e a fantasia se confundem, já que “[...] não raro, o mito e a história sobre degolas se confundem nos versos dos poetas e trovadores do interior” (CHAVES FLORES, 1996, p. 132).

A degola era o ato de vingança, porém tinha por trás de muitas degolas o assassinato de pessoas simpatizantes a um dos grupos, incêndios a lugares públicos e privados e torturas, por exemplo. E como muito bem destacou Eli Chaves Flores (1996, p.133) “São atos humanos inseridos num processo que, em parte, ‘escapam à lucidez dos atores, dos responsáveis ou das vítimas: fazem a história, mas a história arrasta-os’”.

E mesmo sendo uma prática comum neste lado do oceano Atlântico, a degola foi intensificada durante a Revolução Federalista. E ela sairia da Região Sul, chegou a Bahia, onde Euclides da Cunha fez registros sobre degolamentos durante o massacre de Canudos, em outubro de 1897 (CHAVES FLORES, 1996, p. 133).

Enfim, tem-se que a degola e a Revolução Federalista, além das inúmeras vítimas feitas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, deixou para os gaúchos “poderosas influências culturais e políticas” (CHAVES FLORES, 1996, p. 120).

3 A REVOLUÇÃO NA LITERATURA

> *Os fatos e as adversidades registradas pela História foram aproveitados pelos ficcionistas rio-grandenses em períodos sucessivos da literatura sulina.*
>
> *Maria Eunice Moreira & Carlos Alexandre Baumgarten*

Feitas as considerações de ordem teórica e tendo sido trazidas as informações históricas, passa-se, efetivamente, à análise dos contos pertencentes à antologia *Literatura e Guerra Civil de 1893*. Os contos selecionados, de um total de oito, serão divididos em duas categorias: aqueles em que a guerra é retratada no passado e aqueles em que o conflito ainda está acontecendo.

3.1 Passado

3.1.1 *Bandido*, de Roque Callage

O conto *Bandido* foi extraído da obra *Rincão* (cenas da vida gaúcha), de autoria de Roque Callage (1888-1931). A publicação da primeira edição (1921) ficou a cargo da Livraria do Globo, em Porto Alegre.

O conto, narrado em terceira pessoa, começa discorrendo sobre o clã militar dos Pereiras. Conforme aquele que nos conta, “[...] o nome de Pereira gozava no município larga fama de honradez e heroísmo” (CALLAGE, 1993, p. 22).

O primeiro, Crescêncio Pereira, defendeu, com brio, o solo pátrio das contínuas e violentas invasões espanholas. Ele galgou seu espaço: de raso soldado chegou a comandante de companhia. Teve a honra de estar ao lado do brigadeiro João de Deus Menna Barreto.

O filho mais velho, Jango Pereira, “[...] perpetuou as glórias paternas sem desmenti-las” (p. 22). Participou da Revolução Farroupilha (1835-45). Militou bravamente nas hostes de João Antônio da Silveira. Era muito conhecido por ser muito campeiro, adepto fervoroso das lidas campeiras. Com as boleadeiras, chegou a derrubar (“pealar”) de um tordilho negro o ajudante de ordens de Bento Manuel. “Como essa, muitas” (p. 22).

Um irmão mais novo de Jango, não nomeado, lutou contra as forças argentinas na conhecida Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52). Porém, ele foi abatido no final do confronto, na tomada da localidade de Caseros.

E como se quisesse encerrar de forma primorosa sobre essa parte da família Pereira, o narrador destaca que "[...] no tocante à lealdade e à honradez, os Pereiras foram exemplos como também o foram na bondade. A palavra deles valia como documento firmado" (p. 23).

Mas eis que surge um descendente da família que não será compartilhador das características mais nobres que vestem o nome dos Pereiras:

> Desmentindo formosas tradições históricas, Pedruca Pereira, neto de um herói, filho de um bravo, surgira em plena revolução de 93 com os requintes perversos do bandido.
> Curioso contraste! (p. 23)

Teria, segundo o narrador, uma frieza de criminoso nato. Por atos de vandalismo subira até a patente de sargento:

> Carta branca tivera sempre, para agir – agir na sinistra acepção de matar! Sabia como ninguém os segredos do seu ofício... Com tais qualidades tomara parte não só em celebrada chacina lá pras bandas de Cima da Serra, como noutras façanhas semelhantes. Inimigo que lhe caía na volteada do maneador, não voltava mais às alegrias do pago. Lá isso era certo. Um abutre sinistro maculando de negro o austero nome glorioso de família [...] (p. 23-24).

Contava suas hediondas proezas à curiosa peonada, na noite, na beira do fogo. E de forma alguma mentia ou atenuava seus feitos. Detalhes contornavam muito bem os ocorridos, como visto a seguir:

> [...] a maneira altiva com que os inimigos, vencidos, marchavam para o sacrifício da faca, para a degola certeira. Uma vez dado o talho mortal, - explicava, - a pele da face se contraía pouco a pouco, tomando o rosto uma expressão de mímica macabra. [...] Liquidando um "lote" lá vinha imediatamente outro. Até mesmo mulheres, mães, irmãs ou esposas dos prisioneiros não escapavam à sanha sinistra daquele ajuste de contas, sendo que muitas, depois de despidas e antes de serem entregues à faca, eram violadas ao sabor daqueles estranhos monstros carnívoros! [...] (p. 24).

Ouvindo os relatos de Pereira, o patrão da estância pergunta se não restava algo de remorso. Pedruca retruca que não sabe, mas que volta e meia se lembra de

uma vez que matou uma mulher (“ela gemeu até morrer”) que amamentava a cria ainda.

O estancieiro deixou escapar: - *seu bandido*!

No outro dia, pela manhã, Pereira foi encontrado morto no campo: apunhalado no coração. Fora encontrado por dois gaúchos, que não sabiam de quem se tratava. Mas mesmo assim, consideraram o “serviço bem feito!” (p.25).

E ajoelharam-se diante do cadáver.

A partir da perspectiva do conto, Roque Callage enaltece o valor dado pelo indivíduo que se proclama gaúcho às guerras, às peleias. As histórias envolvendo Crescêncio e Jango, além de valorizar positivamente um possível espírito guerreiro do gaúcho, contam um pouco da história do Rio Grande do Sul no século XIX: século esse da autonomia nacional frente à metrópole europeia, à definição de fronteiras e de identidades.

Mas se um evento como a Revolução Farroupilha (1835-45) é citado como grande momento de manifestação do espírito guerreiro do gaúcho, o mesmo não se pode afirmar da Revolução Federalista (1893-95). Tida como um conflito em tons de barbárie e covardia, a Federalista serve ao intuito do autor na construção da personagem Pedruca Pereira. O narrador nos lega que Pedruca é como “[...] um abutre sinistro maculando de negro o austero nome glorioso da família [...]” (p. 24). Tal passagem serve como exemplo de uma suposta degeneração de uma linha heroica.

A diferença de apreciação dos conflitos vivida pelos gaúchos fica evidente no trecho:

> Curioso contraste! Interessante ainda que esse transvio de sangue soube ele manter durante toda a campanha com a impassível frieza do criminoso nato... Simples soldado ordenança, acompanhando, espontaneamente, um caudilho temível, daí subira por atos de vandalismo até o posto de sargento. Carta branca tivera sempre, para agir – agir na sinistra acepção de matar! (p.23).

Quando ele se refere a “criminoso nato” mostra o quão estavam em voga em determinados meios intelectuais da época questões do cientificismo, como as teorias de Lombroso[5].

[5] Cesare Lombroso (1835-1909), antropólogo e médico-psiquiatra italiano, veio abrir novos horizontes aos estudos sobre o criminoso e a pena, atentando-se à figura do homem delinquente, observando-o antes mesmo de observar o crime. Lombroso parte da ideia básica da existência de um criminoso nato, cujas anomalias constituiriam um tipo antropológico específico. Consultado no dia 20/09/2013, o

A expressão “curioso contraste”, em relação aos demais homens daquela família e o próprio título do conto – *Bandido* – conduzem o olhar do leitor para uma dada perspectiva a respeito da personagem principal do conto, Pedruca Pereira, isto é, são indícios, na terminologia empregada por Wolfgang Iser (1999), que vão dando pistas da leitura para o leitor.

O protagonista de Callage se mostra então vazio de idealismo e freios morais, envolvido no conflito bélico somente pelo simples prazer de matar. Assim sendo, a Revolução Federalista, aos olhos do leitor, soa como uma espécie de perversão da vocação bélica do estado, simbolizando uma radicalização da polarização e dos ódios partidários, cujos resultados eram perceptíveis no momento em que o escritor atuava.

Mais uma vez, Iser (1999, p. 29) esclarece que:

> Não pode haver dúvida de que o autor deseja induzir seu leitor a assumir uma atitude crítica em relação à realidade social retratada, mas, ao mesmo tempo, dá-lhe a alternativa de adotar uma das visões que se lhe oferecem ou desenvolver a sua própria.

Quando se trata da narrativa literária a partir de um evento histórico, tanto mais se torna relevante tal perspectiva, uma vez que ao leitor do conto apresenta-se não apenas uma faceta daquela batalha, mas a possibilidade de se posicionar a respeito.

3.1.2 *Chiru*, de João Fontoura

Chiru, conto do escritor pelotense João Fontoura (1887-1942), foi publicado originalmente na obra *Umbu* (contos gaúchos). Datada de 1929, a coletânea de contos foi impressa pela Tipografia do Jornal do Comércio, no Rio de Janeiro.

Um narrador em terceira pessoa relata um episódio de vingança. O vingador é encarnado por Chiru, um órfão de pai degolado devido a uma suposta divergência política durante o conflito federalista.

O irmão caçula de Chiru chega chorando em casa. O jovem falou que levou um laçaço do Caboclo Ireno, o mesmo homem que matou seu pai. Chiru disfarçou,

site que serviu como fonte: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13301.

fingiu que não era nada, mas logo após, vai afiar sua adaga e colocar quatro balas no revólver antigo que tinha à disposição.

Em disparada, sai em missão atrás de Ireno, que agora já está pela estrada. Durante o trajeto está vivo na lembrança de Chiru o que aconteceu a seu pai, Serafim Cardoso:

> No tempo da revolução, Ireno prendeu Serafim Cardoso, pai de Chiru, e pendurado que fora pelas curvas das pernas e amarrado no galho da figueira brava, à porta da mangueira, em presença da mulher e filhos, degolara-o – como quem mata ovelha... E mataria toda a família, se não avistasse à distância o piquete de avançada das forças inimigas (p. 39).

O narrador traz detalhes das feições físicas e psicológicas do degolador:

> Era de estatura bem compleicionada. O tronco do corpo, tinha-o grosso; pelos ombros largos caíam-lhe os cabelos de azeviche, e a barba também negra e grossa cobria-lhe o rosto cor de rapadura. Os olhos pretos à flor do rosto expeliam faíscas de maldade e ao empunhar a faca para degolar, fugiam-lhe os lábios carnudos, entreabertos, sorriso misto de gozo, de dor e de alegria. Todos o temiam. Nos boliches, depois de comer e beber, tirava da pistola e, colocando-a sobre o balcão, gritava: - pague-se" (p. 39).

Em meio a tantas dúvidas sobre fazer ou não, se iria dar certo, Chiru está escondido em uma picada. Espera pelo Caboclo Ireno. Chiru ainda é surpreendido por um amigo, Joaquim Mota, que lhe pede cuidado, que Ireno vem aí.

E como prometido, o Caboclo se aproximava. A presença do outro quase afugentou Chiru.

Saindo do esconderijo, Chiru atira mais de uma vez. O cavalo de Ireno foge, deixando o dono no chão. Mesmo sangrando, por conta das balas na cabeça, Ireno tenta se levantar, entretanto é impedido pelo atacante.

Sobre a vítima, gritou-lhe raivosamente no ouvido:

"- Sou filho de Serafim Cardoso!!....E tirando da adaga, degolou-o de orelha a orelha" (p.42).

A vingança é o motivo que move Chiru até a morte de Ireno. As situações que aconteceram no conto de João Fontoura encontram equivalências na revolução propriamente dita.

Quando alguém degolava, além da execução, ali estavam sendo vingados muitos que tinham sido assassinados, simpatizantes ou não a algum grupo envolvido no conflito – sem citar as torturas, os saques e incêndios a estabelecimentos públicos e privados.

Vingar era um ato de grande importância visto que empurrava os "vingadores" ao conflito em que, aparentemente, não estavam envolvidos. Mas aqueles que desejavam aplacar sua ira também a praticaram antes e depois do conflito, como no caso de Chiru.

O jeito como o protagonista levou até o fim seu desejo de matar o algoz de seu pai solidifica, de certa forma, a prática de vingança. Mesmo com Ireno atingido por balas, Chiru faz questão de praticar a degola, aproximando o ritual de morte do antagonista daquele destino que teve o pai, Serafim Cardoso.

3.1.3 *Os devaneios do general*, de Erico Verissimo

Os devaneios do general foi escrito em 1935 pelo escritor Erico Verissimo. Porém, o texto permaneceria inédito até o ano de 1942, quando foi reproduzido na obra *As mãos de meu filho*[6], publicado pela Editora Movimento, em Porto Alegre. Também foi republicado numa antologia checa (em 1969). Aqui no Brasil, relançado em outra obra de Verissimo, *Fantoches, outros contos* (1978) e pela coleção *Para gostar de ler* (1991).

O conto, narrado na terceira pessoa, mostra uma manhã na vida de um general aposentado. Por meio de suas lembranças, descobre-se que ele participou de conflitos militares, dentre eles, a Revolução Federalista (1893-95), conflito este que marcou o Rio Grande do Sul, principalmente pela violência empregada entre os adversários, por ambos os lados, por rebeldes e castilhistas. Agora, envelhecido e praticamente sem forças, só resta ao general lembrar.

Como um personagem importante no conto, as lembranças destacam as atitudes que o general teve no passado, assim como um testemunho do conflito em que estivera envolvido.

[6] 1993, p. 51.

A primeira lembrança retrata o tempo em que o general mandava em sua cidade – Jacarecanga[7] – como Intendente. Pode-se dizer que sua saudade é por uma época em que a cidade era "[...] passiva, ordeira, dócil e disciplinada, onde tudo que porventura fosse acontecer, passaria primeiro pela sua aprovação" (p. 44).

A lembrança de um dia específico, como chefe municipal, o faz sorrir. Suas ações na Intendência geram um artigo não assinado em um jornal da pequena cidade. O texto, sem autoria e sem destinatário definido, é tomado como uma afronta pelo general Chicuta Campolargo, devido à sua reputação nos campos de batalha:

> Não trazia assinatura. Dizia assim. *A hiena sanguinária que bebeu o sangue dos revolucionários de 93, agora tripudia sobre a nossa mísera cidade desgraçada*. Era com ele, sim, não havia dúvida. (Corria por todo o Estado a sua fama de degolador). Era com ele! (p.45).

Usando de seu cargo, arma e farda, o general manda chamar à sua sala o Medanha, diretor do jornal. O convocado está apavorado, como se estivesse sentado na frente da morte; não seria para menos: o general tirou o artigo da gaveta, picou e mandou o pobre jornalista saboreá-lo, não sem antes lhe encostar o revólver no peito. E comeu, pedaço por pedaço.

Sua segunda lembrança é despertada pela passagem de aviões. Ele abomina as máquinas voadoras ("banheiros" que voam), pois na guerra atiram bombas em cima da infantaria. Conclui que a "[...] guerra perdeu toda a sua dignidade" (p. 46), já que antes o confronto se dava em campo aberto, homem contra homem. Esse comentário sobre a guerra serve de ligação para um episódio da revolução federalista.

No devaneio, o general tem por volta de 50 anos de idade e está no *front*. Seus homens lhe avisam que um acampamento maragato estava desprotegido, sem sentinelas. Traça junto aos oficiais um plano, cuja única condição para o ataque é "Inimigo não se poupa, ferro neles!" (p. 47). E assim foi:

> Foi uma tempestade. Não ficou nenhum prisioneiro vivo para contar dos outros. Quando a madrugada raiou, a luz do dia novo caiu sobre

[7] O nome de Jacarecanga serviu de cenário para outro romance de Erico Verissimo, *Lugar ao Sol*, de 1936.

> duzentos homens degolados. Corvos voavam sobre o acampamento de cadáveres (p. 47).

Campolargo, passeando entre as vítimas, reconhece uma cabeça fincada em um espeto. Era um primo-irmão. “Teve um leve estremecimento. Mas uma frase soou-lhe na mente: Inimigo não se poupa” (p.47).

O general retorna do devaneio. Está com sede. Chama, grita pelo seu criado, Petronilho. Mas quem primeiro aparece é a sua neta, Juventina. O general acredita que Deus negou-lhe filhos homens – sua única filha morreu no parto da neta. Essa passa entre tricôs e figurinos. Há seis anos nasceu Chiquinho. A neta casou-se com um bacharel que fala em socialismo, na extinção dos latifúndios, em igualdade. Pelo que parece o bisneto não seguirá a trajetória dos Campolargos, já que tem a pele tão delicada, tão macia e tão corada. Os Campolargos que brilharam na guerra do Paraguai, na revolução de 1893 e defenderam o governo em 1923.

A lembrança seguinte pertence ao criado, Petronilho, que finalmente aparece, provocando o general. O narrador nos conta que o serviçal se ofereceu para trabalhar apenas por casa, roupa e comida. Ele não quis mais nada. Quer dizer, na verdade, ele quis acompanhar os últimos dias de vida do homem que matou seu pai.

O pai de Petronilho, segundo conta o narrador, tinha sido um bom cabo eleitoral da oposição. Fazia frente à campanha do General. Esse o chamou na Intendência, onde discutiram e, no dia seguinte, Petronilho estava órfão de pai.

A vingança do criado estava em debochar de um homem doente, gozando com seu sofrimento.

No fim, o general está contemplando os telhados da cidade, que já lhe pertenceu. Quando iria entrar em um novo devaneio, os gritos do bisneto Chiquinho o acordam. A criança, feliz, lhe traz uma lagartixa sem cabeça. O menino exalta que degolou o animal. O general, comovido, afaga a cabeça do bisneto e celebra que “Inimigo não se poupa” (p. 51).

Pensando tal narrativa do contexto histórico em que se situa, entendemos que o ataque promovido pela tropa do general Chicuta Campolargo contra um desprevenido acampamento maragato faz referência aos confrontos diretos entre maragatos e pica-paus.

Prática muito comum na região platina, a degola era, segundo Joseph Love (1975, p. 61), a forma preferida pelos gaúchos para executar inimigos. A degola era praticada tanto para o abate de animais quanto para as lutas de independência.

Já na revolução federalista o aparecimento da degola coincide com a radicalização da oposição entre os adversários. Conforme Chaves Flores (1996, p. 125) os oficiais se utilizam da popularização da degola de duas maneiras: um estímulo para os aprisionados escaparem de seus captores e também um alerta em caso de deserção.

As degolas eram destinadas desde simples homens solitários nas estradas, soldados que se afastavam de suas tropas até grandes grupos de prisioneiros. A execução era precedida por tortura, castração e finalizada com a degola (CHAVES FLORES, 1996).

Nesse cenário, é quase impossível desassociar o ataque noturno descrito por Erico Verissimo de duas tragédias que marcariam as páginas da história do conflito. Ambas aconteceram no ano de 1894.

Em janeiro, na estação do Rio Negro, federalistas degolaram prisioneiros. No mês de abril, castilhistas tiraram a vida de mais de 300 cativos, no local conhecido como Boi Preto.

A presença do criado Petronilho pode representar algo que foi muito característico durante a revolução federalista: a entrada na guerra por motivo de vingança. Conforme foi observado pelo médico Ângelo Dourado, a vingança era o objetivo da maioria dos soldados revolucionários, evidenciando um possível distanciamento entre aqueles que lutavam e posições ideológicas (FLORES, 1993A).

O que o narrador nos conta é que Petronilho amargurou desde a infância – quando seu pai foi morto – uma vingança contra o general. Diferente daqueles que entraram no conflito, para Petronilho bastou simplesmente acompanhar o fim melancólico do antigo comandante.

Vale considerar, também, que a vingança esteve presente na chamada Revolução de 1923, quando os “vencedores” castilhistas do confronto anterior – encastelados no poder desde então – foram novamente desafiados por rebeldes. E, como se sabe, os republicanos ficaram no poder até 1930. O próprio general lembra que sua família defendeu o poder estabelecido também nessa segunda disputa.

Uma das alegrias de Petronilho era deleitar-se com o general delirando, em suas relações com o passado, conforme a passagem a seguir:

> O animal passou o inverno metido na toca, conversando com seus defuntos, gritando, dizendo desaforos para os fantasmas, dando vozes de comando: “Romper fogo! Cessar fogo! Acampar”.
> E recitando coisas esquisitas assim: “V. Exª precisa de ser reeleito para glória do nosso invencível Partido”. Outras vezes olhava para o busto e berrava: “Inimigo não se poupa. Ferro neles”. (1993, p. 49).

Percebe-se uma espécie de desejo pela permanência eterna no poder. Campolargo é saudoso da cidade quando ele tinha poder, quando ele tinha “fama de degolador”.

Assim como em outros de seus textos, Erico Verissimo se apropria da passagem de momentos da história gaúcha para criar um texto de ficção. Em relação à história, a literatura goza de determinada liberdade.

É no campo da narrativa ficcional que a história e a literatura irão se cruzar, sendo que a primeira cederá subsídios para contextualizar a segunda. Um exemplo presente no conto aqui analisado é a disputa pelo poder pelos republicanos gaúchos. Garantidos pela Constituição estadual de 1891, os castilhistas usaram de suas posições para instalar uma ditadura positivista, demitir e perseguir oposicionistas e colocar de vez Júlio Prates de Castilhos na Presidência do Estado do Rio Grande do Sul[8].

Uma parte de tais relações é discutida no conto em análise, uma vez que, em relação ao ataque perpetrado pela tropa do General contra o acampamento maragato, apesar de não citar nome de uma localidade, o narrador cede detalhes que contextualizam o conflito.

Enquanto a historiografia é resultado da visão de determinado grupo, representando algo mais geral, a literatura permite ao artista (com sensibilidade) decifrar o universo de um general, por exemplo, por meio de seus sentimentos e recordações. Campolargo é, no conto em estudo, o interlocutor das emoções que cercaram o evento; a personagem expressa um desejo de retorno ao tempo perdido e idealizado, dando lugar à experiência fictícia do tempo, na acepção de Paul Ricoeur (1997).

[8] Excetua-se um período conhecido como “Governicho”, entre novembro de 1891 e junho de 1892, quando republicanos dissidentes e contrários a Castilhos, dentre eles Joaquim Francisco Assis Brasil e Manoel de Barros Cassal, tomaram o poder a partir da renúncia de Júlio de Castilhos.

3.1.4 *Bicho Tutu*, de Apparício Silva Rillo

O conto *Bicho Tutu,* narrado em primeira pessoa, foi escrito pelo contista, letrista, folclorista, poeta e divulgador das artes gaúchas Apparício Silva Rillo (1931-95). A narrativa aqui destacada fez parte de uma coletânea organizada por Janer Cristaldo *Assim escrevem os gaúchos* (1976), pela editora paulista Alfa Ômega.

O texto de Silva Rillo apresenta momentos da vida de um militar que participou das campanhas da revolução federalista. Sem se apresentar formalmente – citando seu nome, por exemplo – ele conta que foi exposto às armas por seu pai. Não que esse último também fosse militar ou algo parecido; na verdade, o que conta o narrador, o progenitor "entregou" o filho para um tal de Coronel (RILLO, 1993, p. 70). A relação se concretiza com a ordem decisiva do pai: "- Respeita o Coronel como se fosse teu pai, guri. Ordem dele é lei, não te esquece. É Deus no céu e o Coronel na terra" (p. 70).

Já sob a responsabilidade do Coronel, o narrador é agraciado com um bom revólver, uma adaga de excelente corte e a possibilidade de escolher, dentro da melhor tropilha da fazenda, o cavalo que mais lhe agradasse. Seria, como o próprio se definiu, capanga do coronel.

A partir daí, começariam os serviços. O primeiro foi tratar de dar fim ao "doutorzinho" do jornal. O narrador salienta que cumprir a ordem dada era, a princípio, um sacrifício, já que:

> Não podia me recusar. Me doía aquilo – eu sempre fui um homem de coração molengo – mas ordem é ordem e eu sempre soube obedecer. [...] Claro que tive de fazer o serviço. E bem feito: um tiro só, atrás da orelha (p. 70).

O dever cumprido é louvado pelo Coronel ("Serviço de gente branca, guri").

Ao que parece, se passam alguns anos. O capanga está na revolução, momento em que ele introduz na sua história dois novos personagens: o Azulão e o Talho Feio. Conforme o narrador, eles eram dois degoladores brutos, que "[...] tratavam como bichos aquela infelizama" (p.71). Esse "tratamento" destinado aos prisioneiros afligia o narrador, já que não conseguia ver, bicho ou gente, sofrer ("meu coração não suportava ver tanta maldade" (p. 71)).

A compaixão era tanta que ele se ofereceu para degolar um guri (“eu sempre tive muita pena de guri metido em revolução, longe da mãezinha deles, passando trabalho” (p. 71)). A princípio os outros dois personagens não cedem, porém logo o desejo é concedido:

> O guri berrou, tinha chegado a hora dele. Eu disse: - Não te assusta, meu filhinho, eu só quero teu bem, não posso te ver sofrer. – Segurei o bichinho pela melena, calcei o joelho no lombo dele, enfiei minha faquinha bem no pé do ouvido dele e puxei num golpe só até a outra orelha. O guri caiu quietinho, garanto que agradecido por ter morrido sem penar. Só a perninha dele ainda ficou, tum e titum, enquanto o sangue escorria grosso e quente (1993, p.71).

Mais tarde, quando o Coronel ordena ao capanga que utilizasse sua navalha (carinhosamente chamada pelo narrador de “faquinha”) em um grupo de maragatos prisioneiros, é observada mais uma vez a “compaixão” que sente o capanga por suas vítimas.

> Chamou o primeiro – que começou a chorar feito criança. – Pelo leite que o senhor mamou nos peitos de sua mamãezinha, não me mate, mocinho! – Que pena, eu fui criado guaxo. – Era verdade nunca mamei leite materno, minha mãe morreu quando nasci. Tem gente que diz que ela morreu de desgosto adivinhando o bandido que havia parido. Quanta maldade neste mundo meu Deus! Sempre tive bom coração, já disse [...] (p. 71).

E conclui dizendo que enquanto o prisioneiro rogava para inúmeros santos, o capanga o deixou para o fim da fila, assistindo à execução de outros sete prisioneiros. E no fim, “[...] quando foi a vez dele o puxei com todo respeito e o degolei com a canhota – havia cansado a mão direita” (p. 72).

O narrador se descreve como caprichoso. Tomava o devido cuidado para que o sangue do executado não manchasse sua roupa (“quando se anda em revolução pouco tempo se tem para lavar os trapos”). Uma vez aconteceu, foi na degola de um castelhano. E sendo ruim de estômago, coisa que ele não fazia era lamber a faca com o sangue alheio – pelo que conta, uma prática banal entre seus companheiros. Para limpar sua faquinha ele utilizava uma garra de pelego.

O índio Talho Feio fazia o ritual sempre – lamber o sangue dos outros – principalmente quando o prisioneiro era negro (“jurava que sangue de negro era doce”). Então, sempre que um negro era feito cativo, Feio era chamado para a

execução. Já o Azulão acreditava que o sangue tinha outras propriedades, como fortalecer o pano da bombacha – justamente onde ele limpava a faca após o ritual.

Um dia o narrador passou urtigas no traseiro do Azulão (“dia que ri muito” (p. 72)). Depois de muito arrastar as polpas nas pedras, o negro Azulão dizia que fosse outro ele carneava. Porém, demonstrando mais sua frieza em relação ao que aconteceu, o narrador se explica que “[...] tinha sido brincadeira, caramba, e a gente não ia brigar por isso” (p. 72). Mas mesmo assim mantêm sua suposta superioridade já “[...] que o negro tinha medo da faquinha. Tem gente que tem medo de faquinha” (p. 72).

Em outro momento: “Bicho que sempre respeitei foi mulher. Mulher e padre. Padre é meio mulher, usa vestido” (p. 73).

Mais adiante na narrativa, mas ainda em plena revolução, o narrador e sua escolta chegam a um rancho. O capanga já era meio tenente (“galão se ganha é debaixo da fumaça e o Coronel conhecia meu valor numa peleia” (p.73)).

Ao chegarem a esse local, ele mandou seus homens acamparem num mato próximo, reflete: “manda quem pode e obedece quem precisa” (p. 73). Ele tinha motivos: apareceram três mulheres e ele não queria que ninguém as tocasse. Segundo o narrador as três estavam chorando muito porque os maridos foram à guerra e elas estavam com saudades. Ele se trancou com elas no rancho e prometeu casamento, já que “[...] perigava morrer tudo quanto era macho” (p. 73).

Depois de se divertir com as gurias, o narrador é surpreendido com o Talho Feio bêbado. O índio também queria uma das mulheres.

> - Tenente, neste piquete não tem um galo só. Arrede da porta que eu também tenho esporão! – Arredei, sempre fui homem bem mandado. Quando passou por mim enfiei minha faquinha bem debaixo do sovaco dele, do lado de montar. Coitadinho do Talho Feio! Não sabia que mulher a gente respeita, até mesmo em revolução. Se o céu existe, o Talho Feio anda por lá. Homem bom tava ali mesmo (p. 74).

Termina esse trecho de texto com “[...] que revoluçãozita buena a de 93!” (p. 74).

Já mais para o final da narrativa, o narrador é graduado Capitão. Chega à revolução de 23, que ele diz que não foi de nada. A vida dele não é mais a mesma. Mata um garoto e o pai dele. É preso e o coronel, diferente das outras vezes, não o

ajuda. Ele perde tudo que tem nas mãos dos advogados. Quando foi solto retornou quieto; deixou a barba crescer, emagreceu.

Foi atrás do Coronel:

> Me conheceu de pronto: a faquinha na mão fala mais alto que o meu nome. Não presta deixar um homem morrer de susto, é a maior judiaria. Enfiei a faquinha de uma orelha a outra. Parece mentira, mas saí chorando. O Coronel tinha sido quase um pai para mim (p. 75).

Segue sua vida. Casou, criou um filho, montou um rancho. Agora velho se diz prejudicado pelas histórias que "[...] dizem que não tiro o pala para disfarçar as armas, sempre à mão de semear. Tudo falso" (p. 76). Sua justificativa é que depois que o homem fica velho o frio castiga.

> Me contaram – gente que não precisa mentir – que tem muita mulher embalando criança com meu nome: dorme, menino, senão o Capitão Pedra te pega... ora, já se viu? Andar servindo de bicho tutu depois de velho. E Capitão Pedra, tem jeito? Logo Pedra – para um homem de coração molengo como eu. O que aliás me perdeu – minha bondade (p. 76).

O narrador começa se justificando: se hoje chamam ele de bandido, ele lembra que já teve coração mole. O que aliás me perdeu – minha bondade (p.76).

Com relação à presença de um menino maragato prisioneiro, é possível relacionar o que acontece no conto com a participação de jovens no conflito – com depoimentos da época, trazidos, por exemplo, por Ângelo Dourado[9]. O mesmo destaca que aqueles que muitas vezes eram vítimas se alistavam nas forças (maragatas ou castilhistas) ou eram forçados. Dourado relata a presença de um jovem de 16 anos:

> Ali vai Augusto Amaral a quem há poucos dias feriu um dos maiores golpes que se pode sentir. Trazia consigo um filho de 16 anos.

[9] Ângelo Cardoso Dourado (1857-1905) foi um médico baiano que participou da Revolução Federalista. Logo após a instauração da República (1889), Dourado se instalou na cidade gaúcha de Bagé, na região da Campanha. Como dissidente das práticas políticas do presidente Deodoro, esteve o médico na reunião que formalizou a formação do Partido Federalista (31/3/1892). Como Coronel-médico incorporou-se aos homens de Gumercindo Saraiva, participando de inúmeros combates. Após a morte de Gumercindo, Dourado juntou-se às tropas de Aparício Saraiva. Lutaram até o acordo de paz ser assinado (23/8/1895). Com o fim do conflito o médico foi morar na cidade de Jaguarão, onde ficou até a data de falecimento. Os diários de Ângelo Dourado foram compilados na obra *Voluntários do martírio.* Teve outras obras como *O médico dos pobres, As minas de ouro e O impaludismo no Rio Grande do Sul.*

> Valente como ele, era o seu ajudante. Querendo sair numa comissão foi pedir a um amigo uma arma emprestada e este experimentando se os cartuchos se adaptavam bem, o fez tão desastradamente que a arma disparando feriu em pleno peito o amigo. Tivemos de deixá-lo sepultado ali. Pobre Augusto! Vê-lo brigar tantas vezes junto a si sem o menor ferimento e vê-lo morrer tão estupidamente! (DOURADO, 1992, p. 45).

Assim como a cena de pai e filho no *front*:

> Assim foi Thimoteo Paim, no Upamaroty. Levava consigo um filho, uma criança. Vi-o cair morto a seu lado, continuou a luta até ser substituído. Retirou a sua gente, depois voltou ao lugar e tomando nos braços o cadáver do filho, levou-o sob as balas inimigas até o ponto onde com suas próprias mãos cavou-lhe a sepultura (DOURADO, 1992, p. 45).

Assim como faltavam homens para compor as fileiras legalistas ou rebeldes, dentro das hostes, quando indivíduos mais velhos morriam, eram substituídos logo por jovens recrutas. Quando de um ataque castilhista, Dourado refere-se a um morto como “[...] major Plácido, rapaz de 20 anos” (DOURADO, 1992, p. 361).

O trecho do conto em que o grupo encontra um rancho, com algumas mulheres desamparadas, encontra semelhanças com outro trecho do médico Dourado:

> Estamos na região serrana [...] chega-se a uma casa habitada encontra-se 10 ou 12 mulheres, e muitas crianças. Pergunta-se-lhes: seu marido? Degolaram-no. Seu pai? Degolaram-no. Seu irmão? Degolaram-no. Seu filho? Degolaram-no. Estavam em armas? Não estava na roça, estava no campo, foi pego à noite [...] (DOURADO, 1992, p. 58).

Os quatro contos até aqui referidos, tratam da Revolução Federalista tendo uma visão voltada para o passado. São memórias, lembranças permeadas de sensações pessoais a respeito do evento histórico.

No conto *Bandido* fica evidente a violência da Revolução Federalista, os motivos não nobres que cercavam muitos daqueles que lutaram naquela revolução, a exemplo da vingança, que também é tratada em *Chiru*, em que a personagem que dá nome ao conto empreende, após a revolução, uma caçada ao Caboclo Ireno a fim de vingar a morte do pai.

Ainda em *Os Devaneios do General* volta a aparecer o tema da vingança, desta vez na figura de Petronilho que vai trabalhar como criado na casa de um general aposentado que atuou na Revolução Federalista e foi a causa da morte do pai de Petronilho, o qual se sente vingado ao ver o general perdendo a lucidez.

O conjunto dessas narrativas permite pensar que quando os contos possuem a característica de se voltar para o passado revelam um rastro de ações e sentimentos que foi deixado atrás da Revolução, permite pensar a Revolução para além das datas históricas e, ainda mais, permite pensar por diversas perspectivas, seja pelo saudosismo do general, seja pelo desejo de vingança de pessoas comuns que tiveram entre as vítimas da revolução, pessoas de suas famílias.

Em *Bicho Tutu,* o mesmo retorno ao passado nos conduz por um caminho diferente, temos ali um protagonista que se acredita sensível e piedoso mas que, a despeito disso, perpetrou inúmeros atos de violência, dentre eles uma série de degolas. Segundo o narrador, tudo o que fez foi cumprindo ordens, que tinha um coração bom, mas o que se assiste ao desenrolar da narrativa é a transformação deste homem comum – que se crê bondoso – em um homem cruel, mais uma vez estamos face a face com as consequências da revolução, ainda que muito tempo depois do fim desta, como o demonstra a degola do coronel, ao final do conto, por motivos puramente pessoais.

3.2 Presente

3.2.1 *Inimigos, de* Alcides Maya

Em 1911, Alcides Maya (1878-1944) publica *Tapera*, uma coletânea de contos. Na obra encontra-se o texto *Inimigos* que, narrado em terceira pessoa, revela a disputa, primeiro íntima, depois ideológica, de dois irmãos momentos antes de a Revolução chegar aos arames da estância que administravam.

Andrezito era o filho mais novo de Inácio Pereira. Seguindo os antigos costumes e usos, vivia atrelado às lides campeiras. Cultivava as relações campeiras – tropeiros, carreiristas e capatazes –, falava à gaúcha e andava sempre armado. Coisas que desprezava eram os livros e os jornais.

O mais velho, João Carlos, era o que os homens do campo chamavam de “doutor”. Era um rapaz estudado, que tinha viajado e, dentre seu círculo de relações,

constavam amizades ilustres. Para o campo, pensava numa transformação completa. Mexeria com a pecuária, estradas, colonização de terras devolutas e com a fundação de uma charqueada moderna. Apontavam-no como próspero candidato à Intendência.

Inimigos natos, diferenciavam-se no trato da fazenda e dos homens. Se Andrezito era um ferrenho defensor de uma fazenda sem bretes, baias complicadas e raças de animais finas, o mais velho era incentivador da introdução de novas espécies, como uns reprodutores que trouxe do Prata e que morreram de *tristeza* e cujos produtos gerados não foram muito animadores aos olhos dos tradicionais familiares.

João Carlos perdia pontos com seu pai como um administrador da fazenda. Cedia, não iria mais insistir em raças finas (Durham, Hereford...), mas teimava que, no futuro, essas valeriam muito mais. Enquanto esperava, se metia na política local: exaltado membro do diretório governista local, era considerado simpatizante da manutenção da ordem.

Eram irmãos e eram rivais. Sob o mesmo teto se odiavam. Não se suportavam. Controlavam-se apenas em respeito ao pai, Inácio Pereira, um homem muito ocupado que não percebia a contenda entre as crias. Ainda vivo, Pereira deixou o comando da fazenda aos dois filhos.

Certo dia, Andrezito está mateando com um de seus agregados, Anastácio. Ambos param de debulhar espigas de milho com a chegada de Hilário, outro serviçal da fazenda. Ele traz um comunicado do coronel Maurício Alves, no qual diz que o rapaz e seus agregados iriam se juntar com o referido coronel e tomar a estrada para a fronteira. Lá irão se encontrar com o grosso da tropa, que está junto com Joca.

Enquanto o patrão se afasta, Hilário e Anastácio concluem que se todos os ricos patrões fossem como Andrezito a sorte daqueles que dependiam da terra era outra. Logo após, começaram a pensar sobre a quase iminente revolução: um tratava com frieza e outro com indiferença. Eles concordam em um ponto: pela gratidão aos patrões deveriam empunhar armas na guerra.

Agora o antagonismo fraterno tomava cores políticas, já que Andrezito estava ao lado daqueles que, na visão governista, estavam a fim da perturbação da ordem. A revolução era esperada!

Enquanto alguns se uniam a uruguaios e argentinos, formando uma coalizão oposicionista, o governo mobilizava seus voluntários, os *patriotas*. O plantio fora interrompido, o preço das reses subira. Inúmeros animais cruzaram a linha divisória para invernadas do outro lado.

O confronto entre os Pereira se deu nos Serros da Palma. João Carlos, comandando um corpo de cavalaria auxiliar, assistia aos ataques. Entre os embates rompe uma coluna de reserva maragata que se prepara para se chocar com a do filho mais velho. E na frente dos atacantes está Andrezito. Assim como os irmãos muitos se conhecem nas duas colunas. Eram como descreve o narrador, guascas do mesmo pago. Reconheceram-se à distância. Ambos os irmãos tombam, quase ao mesmo tempo: um por uma lança no ventre, outro pela bala. Mortos. Na companhia de outros parentes, agora com os filhos mortos, Inácio Pereira deixa para trás a estância e se muda para a cidade.

A temática do conto faz pensar a respeito da reunião dos rebeldes a partir da fronteira, sobre a qual podem ser ressaltados alguns pontos. O primeiro é que alguns estancieiros da Campanha tinham terras no Uruguai, como as famílias Silva Tavares (Colônia de Sacramento) e Saraiva (Cerro Largo), por exemplo. Assim como esses, muitos outros usufruíam de posses no estrangeiro.

A família Saraiva é um bom exemplo. O pai de Gumercindo e Aparício estabeleceu-se em Cerro Largo logo após a Revolução Farroupilha (1835-45), obtendo fortuna e logrando sucesso na política local. Os filhos citados tiveram notada participação militar e política sob a bandeira do Partido *Blanco*. A ligação era verificada quando, na Revolução Federalista Gumercindo (batizado no Brasil) usava o lenço branco – no Uruguai, símbolo de seu partido; no Rio Grande do Sul, marca dos governistas. Já Aparício – nascido e batizado no Uruguai – teve seu sobrenome castelhanizado para “Saravia” sendo assim reconhecida sua ligação com o país vizinho.

O segundo ponto que chama a atenção para a fronteira ser o ponto de reunião de alguns rebelados é que muitas lideranças, em momentos anteriores à eclosão do conflito – principalmente no que se refere aos três primeiros anos da década de 1890, quando o governo do estado do Rio Grande do Sul se encontrava em constante crise e troca de comando – já se encontravam no lado uruguaio. Gaspar Silveira Martins, o líder político dos federalistas, operava de Montevidéu. Ulysses Reverbel, Gumercindo Saraiva, Marcelino Pina, Rafael Cabeda, entre

outros, já preparavam seus homens para atravessar a fronteira em direção ao Rio Grande quando Joca Tavares trazia ao conhecimento geral as atrocidades castilhistas, dando início ao conflito federalista.

Logo no início do conto, o personagem Andrezito recebe a notícia de que deveria reunir seus homens e juntar as forças de alguém que o narrador chama de Joca. Numa possível aproximação com a História, esse nome pode fazer referência a João Nunes da Silva Tavares (1818-1904), também conhecido como Joca[10]. Conforme já visto no capítulo anterior, que trata da história da Revolução Federalista, Joca Tavares tinha sob seu comando mais de 300 homens, sendo alguns deles recrutados já na região por onde invadiriam o Rio Grande do Sul, conhecida como Carpintaria, no lado uruguaio.

Outro ponto que merece destaque é a relação fazendeiro-empregados. Esse será um fator importante no que se refere a um conflito bélico.

A não existência de uma força militar fixa ou oficial exigia que os próprios camponeses servissem como soldados improvisados em eventuais conflitos bélicos. Isso pode ser observado, pelo menos, desde a Europa medieval, quando servos selavam acordos de fidelidade com os senhores de terra. Ao suserano era dever ceder uma parcela da terra ao servo para que produzisse o que lhe sustentasse, enquanto esse mesmo vassalo deveria, pelo contrato, literalmente pegar em armas quando o seu senhor fosse à guerra contra outro senhor feudal ou sequestrado. Isso se deu, por exemplo, nas famosas Cruzadas à Terra Santa.

Ao voltar-se ao contexto federalista, o que se percebe é que muitos fazendeiros foram obrigados a recrutar homens que lidavam com as práticas campeiras. E assim como na Europa antiga, muitas vezes a seleção dos soldados por meio de crianças, jovens e idosos – indivíduos que em tempos de paz seriam considerados inaptos ao serviço militar.

Além, é claro, daqueles que eram forçados quando uma tropa passava por uma estância e “recolhia” os que eram considerados aptos a participar do conflito. E, como evidenciam os personagens Anastácio e Hilário, existiriam aqueles que lutariam por se sentirem gratos aos patrões:

[10] Nascido em Herval, quando jovem lutou ao lado do pai, João da Silva Tavares, contra os farrapos. Foi preso, torturado, negou a trocar de lado, exilou-se no Uruguai. Após dez anos de conflitos chega ao posto de major, aos 27 anos. Quando estoura o conflito contra o Paraguai (1864) lidera como coronel algumas frentes de batalhas. Com o fim do conflito (1870) recebe o título de barão de Itaqui, se estabelecendo em Bagé, onde exerceria influência militar e política, até começarem os embates da Revolução Federalista.

> Hilário confiava no valor dos chefes, aos quais estava preso ao mesmo tempo pela gratidão e pelo hábito. Anastácio 'nem esperava, nem desesperava', e, embora estimulado vagamente por uma solidariedade de instinto, supunha-se movido apenas pela dedicação que ao moço consagrava (p.16).

Anastácio, apesar de se comprometer em seguir o patrãozinho na revolução, reflete que "Guerra servia pra se tirar vingança, se ficar com o alheio e se trazer na garupa o chinaredo-flor" (p. 16).

Por fim, é possível verificar no conto aspectos dos partidos envolvidos na Revolução Federalista – Republicano (Governista) e Federalista (Rebelde) – com as facções envolvidas na narrativa.

No início de fevereiro de 1893, Joca Tavares conclamava revoltosos contra a ditadura positivista de Júlio de Castilhos. Mas, desde antes, muitos se reuniam (incluindo estrangeiros) na região da Campanha com o objetivo de remover o governo. Em março de 1892 (Bagé), componentes de correntes disformes, como republicanos dissidentes e liberais, fundavam o Partido Federalista.

A construção da narrativa não revela se Andrezito é filiado a algum partido. Mas mostra que ele escolheu um lado. E esse lado foi escolhido, talvez, como antagonismo frente à escolha do irmão mais velho, que era filiado ao partido governista. No lado do conflito escolhido por Andrezito, a maioria dos homens vinha da fronteira, conforme Hilário:

> Vosmicê, mais o seu povo, vão com o coronel; e de lá, rumbeamo pra a fronteira encontrar o grosso da gente que vem com o Joca. A causa promete, que todos querem pelear, e hay mais emigrados do que bosta de colhudo [...] (p. 16).

Traça-se a relação: assim como na história do conflito, aqueles que almejavam o poder se estabeleceram na fronteira, no conto se dá na mesma forma.

No dia oito de fevereiro de 1893, data da sua posse como Presidente do Estado, Júlio de Castilhos promete ser tolerante com opiniões divergentes e protestos pacíficos, mas que qualquer opção diferente destas seria severamente punida – apoiado na autoritária Constituição Estadual de 1891. A partir desse discurso as primeiras hordas federalistas atravessam a fronteira.

João Carlos é membro do diretório local do partido governista. Ele é um simpático da ordem social. E assim como os republicanos castilhistas, João Carlos tentava também a modernização do campo, sofrendo resistência da parcela tradicional daqueles que trabalhavam com a agricultura e a pecuária – esses por consequência estavam mais ligados aos interesses federalistas.

Assim como no conto “Velhos Tempos” – que será tratado adiante – temos aqui o homem que vai para cidade, que se moderniza, estuda, viaja, conhece diferentes tecnologias para o trabalho no campo e que é visto como algo maléfico, negativo para aquela sociedade conservadora.

3.2.2 *Velhos tempos*, de Darcy Azambuja

Darcy Azambuja (1903-70) foi um jurista e contista gaúcho. Dentre suas obras destaca-se *No galpão* (1925), uma coletânea de contos gauchescos. *Velhos tempos* apresenta a história de um homem – Severo – do campo, saudoso de um tempo não tão distante, mas considerado muito diferente do tempo em que vivia, em que se passa a narrativa.

Começa com Severo, num alto da coxilha, para lançar um último e triste olhar de desânimo e já de profunda saudade. Ele já não conhecia mais o pago. O que a narrativa apresenta é uma sucessão de mudanças, que atingiram os homens e as coisas.

O antigo casarão não existia mais – tinha sido demolido. No seu lugar, uma casa nova, com jardins bem cuidados, com árvores com podas regulares, além de pomares com frutos desconhecidos. Nem mesmo os indivíduos que cercavam Severo resistiam às mudanças. Até o estilo de ser patrão deixara de existir: antes pessoas rudes, agora eram moradores da cidade que visitavam o campo de carro. Pessoas esquisitas. Vestidas de homem, as mulheres agora andam a cavalo. Quanto aos homens, esses eram todos gringos que enrolavam a língua arrevesada que falavam com gírias pitorescas dos nativos.

O gado crioulo tinha dado lugar para raças estrangeiras. Se o primeiro fazia um alvoroço selvagem, as segundas eram calmas. O trabalho rude (mas alegre) dos homens foi monotonizado a partir da introdução do brete. Sem correrias ou imprevistos ocorria um rodeio, mas muito raramente. Os trabalhadores, antes de

movimentos rudes e primitivos, eram agora constrangidos a normas novas, regulares e calculadas.

Verdejantes trigais tomavam o lugar onde era uma macega. Pastos exóticos alimentavam finos animais. Dia após dia novas terras surgiam para o plantio. No arar, trepidantes tratores e não mais bois. E outros veículos tiravam água do arroio para irrigar os arrozais.

A invasão de máquinas doía profundamente em Severo.

Sofria, como golpes dados contra si, a morte dos seus pagos. A estranheza tomava assento em tudo que o rodeava. Passava muito tempo sozinho, geralmente fugia dos homens. Nas raras conversas, em rodas de chimarrão, Severo se reanimava contando sobre o “outro tempo”: um passado de lutas, o passado dos pagos. Como que para humilhar aqueles que não viveram o tempo passado, ele conta passagens da participação na Guerra do Paraguai e, entre outras, da luta inglória entre os irmãos, a Revolução Federalista. Mas logo toda a sua energia ficava nas histórias, voltando Severo ao isolamento sombrio. Tornando-se um estrangeiro nos seus pagos modificados, o protagonista decidiu deixar para sempre a Granja Nova. Não foi uma decisão difícil: não tinha família, amigos e os velhos patrões já estavam mortos. Fez as malas e foi-se. Um lugar de inúmeras existências queridas era de vez abandonado – a vida nova repelia-o. Desapareceu nas dobras das coxilhas.

Passou um ano. Mais uma vez o pampa se encontra em uma guerra civil. E novamente a animação toma conta da fronteira: tropas indo e vindo, gados atravessando, contrabando de equipamentos para fortalecer as forças improvisadas – a osmose secular de três povos em contato.

De coxilha em coxilha, os tiroteios aconteciam. O conflito passa o verão, passa o inverno. As famílias, cada vez mais desfalcadas, se reuniam nas varandas das estâncias. Essas mesmas famílias entre saudades perdidas iam chorar sobre túmulos sem cruzes.

Um confronto acontece em frente à Granja Nova, lugar onde morava e trabalhava Severo. Os donos da Granja já a tinham abandonado. Em pouco tempo, o trabalho de tantos anos, ia se destruindo. Os pastos agora tinham virado arena de batalha.

Na véspera do conflito, uma coluna de aproximados trezentos homens. Não armaram barracas: se instalaram na Granja. No raiar do dia, os confrontos

começaram, com muitas metralhadoras crepitando. Os que assaltavam a Granja ganhavam terreno: a Granja sofria com os ataques, suas telhas, detalhes, eram destruídas mais ainda. Cavalos sem donos corriam em disparada. Muitos homens morriam, uns sorrindo, outros gemendo, outros praguejando.

Para Severo, os “velhos tempos” estavam de volta. A memória realizava-se. Eram agora reais. E os seus setenta anos remoçavam nas lutas recomeçadas. Os atacados – aqueles que estavam na Granja – prepararam-se para formar uma nova coluna. Na testa dessa, estava Severo. Atacaram descendo a encosta, porém foram massacrados pelos adversários que tinham uma fuzilaria pesada embaixo esperando.

Severo é um dos primeiros a cair, fica agonizando ouvindo ecos pavorosos dos gritos e explosões. E, morrendo, Severo tem uma última visão dos pagos todos, seus pagos tinham revivido.

O conto *Velhos tempos* retrata o cotidiano de Severo, um típico gaúcho. Por meio das lembranças do protagonista, o narrador conta um pouco da história do estado ao qual pertence Severo. Transformações estruturais e sociais fazem o personagem questionar a realidade da vida no campo. A “modernidade” (tecnológica, por exemplo) representa, para o personagem, um grande desafio para a continuidade das tradições campeiras.

A nostalgia apresentada pelo personagem pode ser demonstrada a partir de um trecho em que Severo, olhando distante para o terreno de sua antiga morada, observa que:

> Fora mais um golpe rude. O velho casarão da estância, que ele amava como um pedaço de si mesmo, tinha sido demolido e sobre seus alicerces erguera-se a Granja Nova. Via-lhe de longe as telhas francesas, [...] tudo tão leve, tão diferente da antiga (p. 29).

Também é percebido o sentimento de saudade do passado em “[...] só ele ficara o mesmo, sofrendo golpe a golpe a morte dos seus pagos. [...] Estrangeiro em seus pagos transformados” (p. 30).

Severo, ao recordar-se das paisagens do Rio Grande do Sul de antigamente, opera como um portador do sentimento do gaúcho que não aceita as mudanças ali executadas, a narrativa em terceira pessoa somada ao discurso indireto livre, é que coloca o leitor em contato com os pensamentos de Severo. A memória de Severo

atua como uma memória coletiva, de todo o Rio Grande do Sul. A guerra é o elemento, por excelência, do passado.

> Reanimava-se, então, revivendo o seu passado. Era todo ele de lutas, era o passado mesmo de seus pagos. [...] o velho Severo revivia a guerra grande, acampamentos, marchas forçadas, regimentos desfilando, batalhas, cargas, assaltos a trincheiras sob o tufão da metralha, entreveros estrondejantes, toda a tumultuosa marcha dos exércitos invasores, entre os quais tremulava, vibrava aos ventos soltos a bandeira auriverde (p. 30).

Assim sendo, Darcy Azambuja explora no conto dois temas caros ao indivíduo pampiano sul-rio-grandense: além da já citada guerra, a vida campeira. E esses dois tópicos falam diretamente ao gaúcho, conseguindo assim, Severo ser o porta-voz de todos que se identificam com a tradição do Rio Grande do Sul.

Nesse mesmo pensar, Santos expõe que:

> A memória também adquire relevância em relação à representação que o conto adquire. Severo é personificado como o detentor da memória dos velhos tempos, por consequência sua memória é a representação de uma memória coletiva. Ao relembrar o tempo passado, relembra a memória coletiva do Rio Grande do Sul (2009, p. 184).

Em outro momento, a mesma autora acentua ainda que:

> Ao recordar o seu passado e com ele o passado gaúcho, Severo como que o distingue do passado de outras pessoas, de outros estados, ela recai em algo que é exclusivamente gaúcho, na sua identidade. Uma vez que não são quaisquer aspectos e fatos que Severo relembra, mas sim alguns específicos da campanha, o que acabam por constituir a identidade desta região retratada. (SANTOS, 2009, p. 186).

Em *Velhos Tempos*, importante destacar, também se fala da violência praticada por ocasião da Revolução Federalista, o período é caracterizado como uma “primavera de sangue” (p. 35), no entanto, isto é feito sob uma perspectiva diferente por conta do herói construído aqui por Azambuja. A exemplo disso:

> Preparavam-se, estes, para uma carga decisiva. À voz de – a cavalo – formou-se prestes um esquadrão e, entre os da “testa”, o velho Severo perfilava-se, rijo, como remoçado. Remoçara, de fato, com a vida guerreira. Sentia-se de novo, e aguentava alegre, como “da

> outra", a existência vibrante e dura de marchas forçadas, de acampamentos, sempre no lombo do pingo, combatendo sempre, comendo quando Deus queria. A memória realizava-se, dando-lhe a suprema alegria de reviver o passado, as suas velhas saudades, as visões que lhe povoavam a lembrança, os seus hábitos e os seus ódios antigos, todo o outro tempo, os "velhos tempos" que tanto viveram dentro dele, e eram agora reais; e os seus setenta anos remoçavam nas lutas começadas (p. 35).

O tempo de guerra valoriza o passado, já que é o tempo em que é oportunizado ao gaúcho demonstrar as qualidades que possui, como força, valentia e heroicidade. Assim sendo, verifica-se que "[...] a guerra chega a ser equiparada à vida, enquanto a paz equivale à morte, como se pode ver no final de "Velhos tempos", onde a personagem, apesar de agonizante, mostra-se feliz" (BAUMGARTEN, 1989, p. 42).

A visão de Severo a respeito do evento muda a perspectiva do leitor diante dele. A guerra é a memória dele com relação ao passado. É nesse sentido que Leite (1978, p. 75) assevera que:

> É o que podemos chamar de "juventude eterna". O gaúcho achou a fonte da juventude. Ela é a natureza-mãe, o trabalho com o gado e a guerra. Esse atributo liga-se estreitamente à saúde e ao telurismo. A maior parte dos personagens velhos, quando representantes do "verdadeiro gaúcho", classificáveis no paradigma do herói, aparentam sempre muito menos idade do que realmente possuem.

Por fim, Severo representa o olhar que ao mesmo tempo sente demasiada nostalgia de uma época relativamente distante, mas que também percebe as mudanças do seu novo momento.

3.2.3 *A travessia*, de Josué Guimarães

Josué Guimarães (1921-86), jornalista e ficcionista, natural de São Jerônimo, publicou o livro de contos *O cavalo cego* (1979). Dessa obra foi retirado o conto *A travessia*.

O narrador, em terceira pessoa, inicia relatando o cansaço de uma tropa depois de uma jornada exaustiva de marcha acelerada. O inimigo está no encalço (um dia e meio). Estão [os perseguidos] às margens do rio Ibicuí, no passo do Silvestre. Oficiais de baixa patente vão até a margem do rio impetuoso, verificar se é possível atravessar em algum trecho.

Lá chegando encontram uma barca velha, apodrecida e sem cabo-guia. Um dos oficiais lembra que a coluna comandada pelo General Salgado deveria atravessar um pouco mais acima, na altura do passo do Mariano Pinto. E comenta que é uma cambada que vem perdendo batalhas e mais batalhas. Eles acreditam que o coronel Venâncio não quer saber e que o enfrentamento irá acontecer ali mesmo, não tardando.

Alguém diz que o coronel Aparício conseguiu chegar ao outro lado da margem com metade de suas tropas. Venâncio argumenta que passou muito e orienta que preparem a comida, que os homens durmam e a operação travessia começa meia hora antes dos primeiros raios de sol.

Assim como os homens, os animais também estavam debilitados, de tão magros que os ossos das ancas furavam o couro. Tinham também muitas feridas. Decidiu-se pela morte da metade dos bois. A faca e a tiro. Alguns soldados, aqueles mais habilidosos, usavam facões com maestria para separar o couro das carnes, assim como se descascassem laranjas. Cortada a carne, os pedaços iam direto para o fogo, exalando o cheiro de gordura derretida e animando a soldadesca. As carroças foram desmanchadas com golpes de machado e serviram para as fogueiras. Os animais não abatidos, nessa noite fariam a travessia e seriam devorados no outro lado. Um dos sargentos comenta que viu a matança de três bois. E deles saía tanto pus que o fez desistir de comer.

Personagens vão ganhando formas e falas no texto. O asmático major Torquato. O tenente Cesário tinha uma cicatriz na face. O alferes Piragibe era nordestino. O sargento Laurentino era filho de brasileiro com argentina. Tinha também o sargento Emiliano. Tenente Vasco tinha reumatismo. Tenente Severo. Alguns deles conversavam ao redor de uma fogueira em frente à barraca do velho coronel. Logo o assunto que vem à tona é um caso de uma fazenda próxima a Uruguaiana.

O proprietário já tinha entregado tudo – gado, carretas, roupas, ferramentas, galinhas e até talheres -, tudo que a família tinha. Conforme conta o tenente Cabrera, o coronel Venâncio mandou o capitão Azambuja deflorar a filha do fazendeiro. Na mesma residência o sobrinho de Venâncio (o sargento Glicério) recebeu a incumbência de possuir a mulher do fazendeiro. O marido foi degolado.

Deus fez, mesmo tarde, justiça, argumenta Pedro Diogo: Azambuja foi morto com um tiro na testa por inimigos, enquanto Glicério foi morto por um coice.

Domingos Lavrador, o filho mais velho do fazendeiro, protestou contra o que acontecia a sua família. Segundo os militares que ainda conversavam sobre o que aconteceu perto de Uruguaiana o rapaz de trinta e cinco, trinta e seis anos, já tinha dado informações sobre os melhores trajetos, assegurara que simpatizava com a causa dos homens ali presentes e cedera, de boa vontade, o milho que mantinha escondido. Nada disso evitou o que se sucedeu à irmã, ao pai e à mãe. Pelo contrário. Chamando os invasores de feras, o camponês foi penalizado com a tortura: atado pelas mãos a uma figueira, a soldadesca enfileirou-se sob as ordens de dar um talho cada no aprisionado, de maneira a começar pelas orelhas, seguindo-se os dedos das mãos. Em alguns minutos era um frangalho de ossos e carne viva.

Inocentemente, o tenente Severo acredita que logo o conflito se defina, o velho coronel seja julgado pelos crimes e abusos cometidos. Entretanto, Tenente Vasco reitera que comandantes geralmente não são responsabilizados, afinal, serão outros de mesmo escalão a julgar, possivelmente favorecendo o acusado. Ainda sobre esse caso eles relembram que o Major Olímpio foi fuzilado por alta traição – tinha protestado contra o que acontecera.

Para o Capitão Marinho o plano traçado seria perfeitamente executado: na barca, o Coronel atravessaria para ser o responsável por reunir os homens do outro lado. Depois iriam os cavalos agrupados (uns mil e poucos, segundo Marinho), atravessariam o rio e depois os arreios iriam pela barca.

Tomaram assento na barca o coronel, o capitão Marinho, o major Torquato, tenente Cesário, os sargentos Emiliano e Laurentino, além do Alferes Piragibe e dois vigorosos soldados. O Capitão gritou ordens para que outros homens empurrassem a barca e ao restante que tratasse de atravessar – essa era uma opção a todos que não estavam na barca; a outra era ser degolado pelos inimigos quando esses chegassem à margem deixada para trás.

Os cavalos foram amarrados uns aos outros, formando uma fila indiana. Os animais mais fracos trouxeram dificuldade à empresa, enquanto os mais fortes se enroscavam nas cordas, causando um enorme desastre. Alguns homens se atiravam na correnteza na esperança de salvar a vida – sargentos comandavam a execução dos desertores. Gritos de alegria eram ouvidos quando corpos afundavam. Outros que ainda não tinham se arriscado na travessia preferiram o retorno e o

possível encontro com as forças inimigas: trocavam a morte certa por uma esperança de compaixão nas mãos adversárias.

Poucos sobreviveram à travessia. Os que conseguiram se uniram à comitiva do Coronel e seguiram em frente. Com pesar, alguns lembravam os que para trás ficaram. No cair da noite, o grupo chega a uma fazenda onde montam acampamento. A notícia de água boa e alguns bois para o churrasco fizeram o coronel esboçar um pequeno projeto de sorriso. A impressão que o grupo teve era que a família tivesse saído e retornariam em seguida, já que tudo estava em perfeita ordem. Numa cadeira de balanço o coronel se instalou, com deleite.

À noite, um a um, os homens começam a desparecer. Um reapareceu degolado, outro enforcado com arame e outros com tiros. O capitão, procurando todos, tentou escapar, mas foi pego por uma sensação de paralisia. Sentiu o pescoço se apertando até tombar. O velho coronel ouviu o tiro seco, seguido de um grito de dor.

Falando no comandante, ele se encontrava agora no escuro já que o lampião tinha sido levado. Restou engatilhar sua arma e esperar o pior. A luz do lampião começa a adentrar a casa. O velho quer saber o nome de quem estava ali, preparando um cigarro enquanto do facão pingava sangue.

“- O senhor deve me conhecer. Me chamo Domingos Lavrador” (p. 102).

Pensando pela perspectiva histórica, segundo Hernani Donato (1996) aconteceu em 25 de setembro de 1893 um confronto entre as forças do general Luís Salgado e o governista Pinheiro Machado. Ao transpor o Passo, a tropa maragata tem sua retaguarda atacada pela Divisão do Norte (legalista) que estava sob o comando do senador Pinheiro Machado.

Conforme assinala Escobar (1983), Salgado deixou homens e muitos cavalos ao inimigo que estava em seu encalço. Assim como aconteceu no conto.

A tragédia que se abateu sobre a família de Domingos Lavrador, personagem citado em meio a lembranças dos oficiais, encontra semelhanças na revolução federalista. Ângelo Dourado, médico que acompanhava as tropas federalistas, testemunha que nos lugares que passavam “[...] não víamos mais do que fisionomias de terror nas mulheres e estupor nas crianças. Lágrimas e preces em toda a parte [...]” (DOURADO, 1992, p. 26).

As famílias estavam destinadas às vontades das hostes, fossem legalistas ou federalistas, que porventura cruzassem seus caminhos. Assim como aponta Moacyr Flores, sobre os acontecimentos envolvendo os grupos e os camponeses:

> [...] os homens, quando podiam, fugiam para os matos. E os velhos, mulheres e crianças, nem sempre poupados, recebiam aterrorizados os bandos que se disseminavam pelos campos. Vivia-se a revolução pela sucessão de execuções, castrações, estupros e degolamentos (FLORES, 1993, p. 37).

As abordagens geralmente não permitiam que alguém saísse ileso, fossem mulheres ou crianças, por exemplo. Às vezes os indefesos eram obrigados a assistir a sessões de torturas, conforme o relato de Escobar:

> A casa de Manoel Carneiro da Fontoura, no município de Santiago do Boqueirão, teve a mesma sorte. Este cavalheiro, já bastante alcançado em anos, foi injuriado e, até, fisicamente maltratado junto à própria família (ESCOBAR, 1983, p. 60).

Mulheres sofriam física e moralmente nas mãos dos invasores:

> O recato, o pudor feminino, não obstou a desenvoltura bestial do forçamento de senhoras casadas e, até, de pobres, fracas e indefesas donzelas. No município de Passo Fundo, certo grupo [...] assaltou a casa do septuagenário Francisco Xavier da Costa, que, espancado e posto em quatro estacas, passou pelo acerbo desgosto, requintado pela maldade de uma crueza feroz, de presenciar a violação de suas filhas e noras.
> Este fato não ficou isolado.
>
> [...]
>
> Em Bagé, por ocasião da estada das forças dos coronéis Manoel Pedroso e B. Mota, foram violentamente, levadas em carroças, para o acampamento, muitas mulheres públicas (ESCOBAR, 1983, p. 62).

Em alguns momentos, não eram atos de grupos, bastava apenas a vontade de um ou outro indivíduo para que tragédias acontecessem. É como o exemplo de João Laurindo:

> No município de Santiago do Boqueirão, João Laurindo [...] saiu do acampamento em companhia de mais dois camaradas e dirigiram-se para a casa de Manoel Máximo, onde apenas encontraram a mulher e duas filhas. Não podendo o sátiro Laurindo conseguir seus intentos com branduras e carícias, ajudado pelos seus indignos sequazes,

> estuprou uma das indefesas moças, a desrespeito da impotente resistência materna (ESCOBAR, 1983, p.62).

E mesmo com uma quantidade relativamente grande de atentados contra as famílias é possível supor que muitos outros casos não foram registrados ou simplesmente foram ignorados. Assim sendo, Wenceslau Escobar (1983, p. 66) afirma que "[...] muita ossada rio-grandense deve ocultar a soturna solidão dos matos, os terrenos paludosos dos banhados e o leito de nossos numerosos rios e arroios".

3.2.4 *Vendeta*, de Laury Maciel

Criado pelo escritor taquarense Laury Maciel (1924-2002), *Vendeta* é um conto narrado na terceira pessoa, incluído na obra *O homem que amava cavalos* (1983). Segundo livro de Maciel, foi publicado pela Editora Movimento, de Porto Alegre. O texto é dividido em três partes que se relacionam.

A narrativa começa com um esbaforido policial contando ao Delegado (que estava no Hotel, jogando cartas) que o Manecão, um temível bandido, havia escapado.

Era um pesadelo. O delegado chegava a sonhar com o fugitivo, lembrando que o mesmo tinha muitas mortes em sua conta e que sempre, de um jeito ou outro, escapava da polícia, humilhando-o. Todos o temiam, por isso não havia denúncias.

Começam a correr boatos de que Manecão apareceria no domingo, dia de carreiras. O Delegado não acreditava em tal ousadia. Porém, por precaução, colocou soldados de tocaia na estrada em que provavelmente o fugitivo passaria. Um cavaleiro desce a lomba. O domingo está muito quente. Envolto na poeira, os soldados não conseguem identificar o elemento. Porém, já na descida, eles o reconhecem, aquele que escapou.

Pressentindo algo, Manecão examina o lugar, enquanto o cavalo bebe água. Sem dar tempo para alguma reação, os soldados lhe enchem de balas. O corpo escorrega ao arroio, tingindo as águas de vermelho.

O policial mandou enterrá-lo sem nenhuma formalidade, garantida pela pretidão da cruz sem alguma inscrição.

Uma mulher misteriosa fazendo sucesso no jogo de cartas no Hotel. Ninguém a supera no carteado; suas jogadas atraíam os olhares de muitos curiosos. Assim começa a segunda parte.

Como ela chegou à cidade era um mistério. Não conversava com ninguém. Do hotel só saía para jogar ou ir ao cemitério – um soldado, a mando do delegado, a seguia. Porém, no cemitério, não conseguia identificar qual túmulo ela visitava.

Suposições sobre a misteriosa tomavam a cidade: alguns comentavam que ela era gente dos maragatos, outros só que era uma refinada jogadora.

Entretanto, é numa rodada de cartas que se pode imaginar suas intenções na cidade. Jogando com o Delegado, ela instiga:

> - Mataram um homem aqui, faz pouco tempo...
> - Era um bandido.
> - Ouvi dizer que era um bom homem.
> - Era um bandido - repetiu o delegado (p. 106).

Dias depois, ela foi embora assim como chegou: misteriosamente.

Na terceira parte, é uma noite quente, com luar intenso. Dez da noite, as ruas vazias. Numa janela do Hotel, o filho do dono. Seu pai e o delegado estão jogando. O guri pensava no horror que seria se ele fosse obrigado a se alistar nas forças maragatas. Já tinha ouvido falar que muitas pessoas tinham morrido e ainda tinha as degolas. A qualquer momento as forças poderiam entrar na cidade e levá-lo. E se ele migrasse para Santa Catarina?

Um calafrio ele sente na espinha. Avista ao longe um tropel de cavalos. Seriam os maragatos? Olhando melhor, percebeu que era apenas um cavaleiro, um oficial. O militar se aproximou da janela.

“- O hoteleiro está?” (p. 107).

Está, foi o respondido.

“- Avisa-o que quero comida para homens que estão acampados na beira do rio, esperando um ataque dos maragatos. Ah, me avisa o Delegado que trago um ofício para ele. É urgente.” (p. 107).

O guri se retira.

Quando o delegado se apresenta, recebe um bilhete. Ao começar a ler, leva um primeiro tiro. Caiu ao pé da porta. Não pode esboçar nenhuma reação, já que levou mais dois tiros.

O cavaleiro desapareceu na escuridão em desabalada carreira.

É pelos pensamentos do filho do hoteleiro que se torna possível localizar a narrativa no contexto da Revolução Federalista. Sua preocupação momentânea é não ser recrutado para as tropas maragatas. Segundo ele, os federalistas poderiam entrar a qualquer momento na cidade, forçando jovens como ele a pegar em armas.

Quando o narrador afirma que algumas pessoas suspeitam que a jogadora de carta “era gente dos maragatos” (p. 106) evidencia que os federalistas não eram bem-vindos no lugarejo.

Essa questão se atesta quando o já citado filho do hoteleiro se dispõe a ajudar um estranho. A princípio, quando o forasteiro está distante, ele pensa que seriam maragatos, até constatar que era um homem só. Esse, quando se aproximou, pede que o hotel prepare comida para cinquenta homens que estão acampados na beira do rio, esperando o ataque dos maragatos. Quer dizer, por esse ângulo, o estranho faria parte de uma tropa castilhista – o que seria do agrado do rapaz, já que ele foi atender ao pedido do visitante.

Na leitura da primeira parte, se sabe que o preso conhecido como Manecão foge. E pelo nervosismo do delegado, não seria a primeira vez que tal meliante dava trabalho ao policial.

Sobre o foragido não se sabia muito – na verdade, o que corria de boca em boca eram boatos. Sabe-se que era de fora da cidade (“sabe Deus vindo de onde” (p. 104)). As pessoas tinham medo dele por causa da “cara horrenda [...] corpaço avantajado” (p. 104). Diziam que carregavam no lombo muitas mortes. Acovardava até os homens do delegado. A lei estava sempre em seu encalço.

Com as pistas dadas pelo narrador, não é possível afirmar se Manecão era das forças legalistas ou rebeldes. Porém, dado o contexto de perseguição e atribuição de muitos crimes, é provável sua relação com os maragatos. Quer dizer, se ele fosse governista e estivesse assassinando maragatos, ele não seria perseguido, já que seria apoiador e apoiado pelo governo de Castilhos.

Quando ele é finalmente encontrado e morto, o Delegado manda enterrá-lo “[...] sem qualquer formalidade, a pretidão da cruz sem nenhuma inscrição” (p. 105). A atitude do delegado revela uma tática empregada para evitar qualquer forma de vingança que, como foi visto, acontecia naquele período de conflito.

Porém, ao que parece, a estratégia não funcionou muito bem. Quando a jogadora de cartas vai ao cemitério, um soldado está encarregado de seguir seus passos. Possivelmente ela visitava o túmulo de Manecão. Essa impressão é dada a

partir da ordenança que “[...] à distância [...] apesar dos esforços, não conseguia identificar o túmulo que ela visitava” (p. 106).

A não identificação do túmulo pelo soldado pode ter relação com a citada cruz preta sem nenhuma inscrição.

Outra passagem que aproxima a jogadora de Manecão ocorre quando ela questiona sobre a morte recente de um homem. O delegado afirma que era um bandido, enquanto ela ouviu “[...] dizer que era um homem bom” (p. 106). O policial reafirma o contrário.

Os contos reunidos nesta segunda parte do capítulo constam de narrativas que transcorrem no momento da revolução, conseguindo captar, de alguma forma, as sensações e reações daquele momento. É o tempo da ficção posicionado para contemplar determinado momento do tempo histórico, na percepção de Ricoeur (1997).

Estando assim posicionado o narrador, tem-se, como propõe Sandra Pesavento (1999), uma representação e, mesmo, uma reapresentação da história ao leitor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos da literatura e da história há muito se aproximam. Na Antiguidade Clássica, por exemplo, ambos os conceitos apresentavam fronteiras difusas.

Com o passar do tempo, consolidou-se um consenso quase que geral de que a literatura dava conta de uma narrativa inventada, desde termos, personagens e lugares. Em contrapartida, à história caberia a transmissão de um acontecimento real e testemunhado, dado como verdadeiro. Convencionou-se, então, que a ficção era a condição da literatura enquanto para o discurso historiográfico a base seria a verdade.

Porém, diante de novas concepções sobre o tema, o que mais se verifica são fronteiras diluídas entre história e literatura, com o entrecruzamento de discursos, resultando em uma interdisciplinaridade.

Enquanto escritores se apropriam de momentos históricos e personagens reais para construírem suas narrativas ficcionais (como os contos analisados neste trabalho); o historiador, a partir de um novo olhar sobre o seu objeto de estudo, obtém uma certa permissão no que diz respeito a inventar e construir um conteúdo: controlado por arquivos e documentos (entre outros traços do passado), o profissional tende a articular a capacidade criadora (imaginação) de um passado e como representá-lo como real.

Na História do Brasil, diversos são os episódios em que tanto a literatura quanto a história se debruçaram e narraram, cada uma com sua forma específica de contar e compreender os eventos. Exemplo disso é a Revolução Federalista, a respeito da qual se construiu tanto um discurso histórico quanto um discurso ficcional, literário.

Com a Proclamação da República Brasileira (1889), vieram também as primeiras manifestações de descontentamento de alguns setores da sociedade. E no estado do Rio Grande do Sul não foi diferente: divergências políticas levaram homens ao conflito que ficaria conhecido como Revolução Federalista (1893-95).

O confronto opôs liberais, que até a Proclamação estiveram no governo regional e estavam sob o comando de Gaspar Silveira Martins, e republicanos, capitaneados por Júlio Prates de Castilhos. Além de almejarem diferentes formas de

governo (para o Estado e o Brasil), representavam os interesses políticos e econômicos de diferentes grupos gaúchos.

O que começou no Rio Grande do Sul acabou por envolver também os estados de Santa Catarina e do Paraná. Rebeldes (no caso, os maragatos, aqueles fora do poder) encontraram apoio e base em locais da Argentina e do Uruguai (principalmente).

Os maragatos se aliaram aos envolvidos na Revolta da Armada (1893-94), cujos revoltosos eram marinheiros contra, entre outras coisas, a presidência de Floriano Peixoto. Já os republicanos de Castilhos tinham ao seu lado, desde o início da Revolução Federalista, o Exército Nacional.

Os embates se deram em diversas cidades, entre conquistas e retomadas. Ambos os lados (mais os maragatos) contavam em suas tropas com homens que não eram militares e sim homens do campo, que seguiam seus coronéis. Eram precários em armamentos, munições, roupas, além do cansaço físico e da recorrente falta de alimento para as tropas.

Conforme as fontes analisadas, o conflito arrastou milhares de pessoas para a morte, incluindo idosos, mulheres e jovens: não raro, na falta de contingente masculino para compor as hostes armadas, esses eram agregados basicamente à força. Quando da negativa de indivíduos em servir aos interesses alheios, seguiam-se enforcamentos, estupros, castrações e vandalismo nas propriedades visitadas por aqueles que rumavam para a batalha certa.

Os casos citados acima traziam como consequência um sentimento que perdurou um tempo além da Revolução: a vingança. O desejo de vingar – uma vida tirada, uma propriedade perdida – levou mulheres e homens a encorpar as filas contrárias àquelas que lhes causaram danos. Mesmo sem ao menos dominar uma faca, estavam prontos para entrar na batalha. Assim foram muitos.

A degola foi outro ponto chamativo nesse conflito. De origem confusa na região meridional do Brasil, a prática serviu como estratégia para eliminar prisioneiros, visto que os soldados não tinham condições de manter a si mesmos e, muito menos, aqueles que faziam cativos.

Prática extremamente violenta, a degola servia não apenas para executar prisioneiros, mas como instrumento de vingança. Muitos daqueles que se sentiam desonrados se utilizavam da prática como forma de punir adversários no campo de confronto e mostrar crueldade contra indefesos encontrados em propriedades sem

possibilidade de seguir com o bando. Além da degola de animais de criação (cavalos e bois), mulheres e outros eram vitimados pela prática.

Ambos os lados da disputa se utilizavam da degola. Historiadores divergem sobre quem deu início à prática, mas tal informação torna-se irrelevante quando se verifica que partidários foram responsáveis por duas tragédias em que a degola era o ponto alto: castilhistas, rendidos e degolados na estação Rio Negro; meses depois, maragatos distraídos caíram na execução da localidade do Boi Preto.

Um recurso intencional e político, assim como a violência, a degola deixou fortes marcas nas tradições culturais e políticas por onde o conflito se estendeu. Tais marcas, naturalmente, se constituíram em material para a criação literária. Nesse sentido, a partir do evento histórico ora relatado, diversas narrativas ficcionais se constituíram como memória do evento, suas características e suas consequências.

É possível apontar que os autores dos contos, como os analisados na presente dissertação, apropriaram-se do evento para realizarem suas narrativas. Tal afirmação é válida a partir da constatação de que realidade histórica e ficção mantiveram uma relação de proximidade substancial nos textos analisados.

Nas narrativas se pode perceber, de maneira implícita e explícita, eventos, pessoas e lugares que tiveram relevância para o conflito e apareceram em alguns textos.

Outros contos, a despeito de se utilizarem da Revolução Federalista como pano de fundo, costurando na trama novos personagens, lugares diferentes e batalhas singulares, não perdem a sintonia com evento em si.

Quanto à divisão dos contos, os quatros primeiros analisados (que tratam da Revolução como um evento no passado) retratam memórias do conflito nas vidas dos personagens.

Fica evidenciado o quão trágica se tornou a Revolução, mudando a vida de indivíduos, a princípio, sem relação direta com os combates. São os casos do menino Chiru e do criado Petronilho, que tiveram seus pais executados pelas acirradas diferenças ideológicas. Porém, nas respectivas narrativas, a vingança pessoal irá ligá-los, de alguma forma, à Revolução.

Outros casos (contos *Bandido* e *Bicho Tutu*) são testemunhos claros de agentes partícipes da Revolução Federalista. Nos dois casos, os protagonistas agiram durante o conflito com uma postura naturalmente violenta, com peculiar requinte de crueldade e frieza contada pelos próprios executores. A diferença entre

os dois é que Pedruca Pereira (personagem de *Bandido*) não fazia questão de negar sua índole violenta; enquanto o narrador de *Bicho Tutu* (Capitão Pedra) acredita ser uma pessoa de bom caráter, de bondoso coração e que a violência empregada em seus atos seria uma decorrência natural de seu ofício.

É possível fazer um paralelo com a Revolução Federalista histórica a partir da consciência e análise das fontes que asseguram a presença de indivíduos – na maioria das vezes, desprovidos de qualquer treinamento militar – nas frentes de combate. Esses homens e mulheres entravam em cena no teatro da guerra movidos pelo sentimento de vingança, sentimento que poderia ter como consequência atitudes cruéis na relação contra os eleitos adversários. E a vingança (com seus castigos cruéis) não se dava apenas nos conflitos propriamente ditos, mas nos cotidianos urbanos e rurais, onde a mínima suspeita de apoio a um ou outro grupo (até mesmo a negativa em servir um bando em passagem) acarretava incêndios criminosos às propriedades e roubos de animais, por exemplo.

No que se refere às quatro últimas narrativas analisadas, observou-se a Revolução como algo presente no cotidiano dos personagens. Os envolvidos nos contos são, de alguma forma, responsáveis por captar e transmitir as sensações, preocupações e reações daqueles que vivenciaram o evento.

A disputa entre os irmãos Andrezito e João Carlos (*Inimigos*) é um detalhe frente à Revolução que se aproxima da fazenda da família. No conto verifica-se que a divisão fraterna resulta na filiação de ambos em lados contrários da disputa.

Outro ponto a destacar é a reunião dos campesinos sob a tutela de um coronel, formando destacamentos em direção ao confronto. Sabe-se que durante a Revolução, principalmente as forças rebeldes, dispunham de pouquíssimos recursos, o que acarretava o alistamento dos homens do campo. O coronel, fazendeiro de grande poder e influência política e econômica em determinada região, era o responsável por formar as colunas. Maragatos, como a coluna que alista Andrezito, também se reuniam na fronteira.

A convocação forçada também aparece em *Vendeta*. O filho do dono do hotel é surpreendido por um cavaleiro que quer comida para seus companheiros. À primeira vista (e à distância) o menino pensa que o estranho é maragato e que o levaria forçado para compor as fileiras rebeldes.

No mesmo conto, o sentimento central talvez seja a vingança – sentimento que envolve o Delegado, a mulher misteriosa e o cavaleiro.

Em *A travessia*, texto que retrata a fuga de um grande grupo perseguido por outro numeroso bando, alguns personagens relembram casos de violência contra indivíduos pacíficos (não belicosos no contexto, aqui incluídos idosos e mulheres) promovidos por outros membros do grupo. É também destacado por eles que os autores dos excessos não serão punidos por ostentarem uma alta patente militar. O que se segue é uma tragédia natural (metade da tropa fica pelo caminho, ou melhor, nas correntezas do rio – os que não tentaram caíram nas mãos inimigas) e aos que conseguiram atravessar se abate um estranho mistério: os militares, um a um, são mortos de diferentes maneiras. Ao final, o responsável pelas mortes se revela um implacável vingador.

Por outro lado, o texto *Velhos tempos* traz o lamento nostálgico de Severo, um homem do campo. Ele relata a modernidade tecnológica que trouxe, ironicamente, o abandono do campo pelo pequeno agricultor. É um tempo de paz no Rio Grande do Sul. Porém, para Severo, é um tempo triste pois para ele, símbolo de uma boa época é a ocorrência de uma guerra, de um conflito. Sem o embate bélico, o gaúcho se sente quase morto, depressivo (junto à miséria do campo), visto que, na iminência de um novo conflito, se reergue como guerreiro.

Por fim, a leitura cuidadosa dos contos permite verificar que, embora empreguem métodos diferentes e tenham características próprias, o discurso histórico e o literário se entrecruzam e, mesmo, se interpenetram quando se apropriam do mesmo tema, neste caso a Revolução Federalista, de modo que percebe-se literariedade em narrativas históricas e uma pesquisa histórica no texto literário.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco Neves. & TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993.

AZAMBUJA, Darcy. Velhos tempos. In: BAUMGARTEN, Carlos A. & MOREIRA, Maria E. **Literatura e guerra civil de 1893**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993. p. 28 -36.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso**: história e literatura. São Paulo: Ática, 1995.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. **Darcy Azambuja**. Porto Alegre: IEL, 1989. (Letras Rio-Grandenses).

BAUMGARTEN, Carlos A. & MOREIRA, Maria E. **Literatura e guerra civil de 1893**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre história e ficção. In: AGUIAR, F. **Gêneros de fronteira**: cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997. p.107-15.

CALLAGE, Roque. Bandido. In: BAUMGARTEN, Carlos A. & MOREIRA, Maria E. **Literatura e guerra civil de 1893**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993. p. 22 - 25.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. São Paulo: Artmed, 2001.

CHAVES FLORES, Elio. **No tempo das degolas**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

DONATO, Hernani. **Dicionário das batalhas brasileiras.** São Paulo: IBRASA, 1996.

DOURADO, Ângelo. **Voluntários do Martírio**: narrativa da revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

ESCOBAR, Wenceslau Pereira. **Apontamentos para a história da Revolução Rio-grandense de 1893**. Brasília: UnB, 1983.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda A. Hubner. **Rio Grande do Sul, aspectos da revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins, 1993.

FLORES, Moacyr (org.). **1893-95***:* a Revolução dos Maragatos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Revolução Federalista: uma interpretação.” In: **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: FURG, 1993.

FONTOURA, João. Chiru. In: BAUMGARTEN, Carlos A. & MOREIRA, Maria E. **Literatura e guerra civil de 1893**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993. p. 38 - 42.

GUIMARÃES. Josué. A travessia. In: BAUMGARTEN, Carlos A. & MOREIRA, Maria E. **Literatura e guerra civil de 1893**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993. p. 78 -102.

ISER, Wolfgang. **A indeterminação e a resposta do leitor na prosa de ficção**. tradução de Maria Angela Aguiar. Porto Alegre: PUCRS, 1999. (Série Traduções).

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **Regionalismo e modernismo**: o caso gaúcho. São Paulo: Ática, 1978.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACIEL, Laury. Vendeta. In: BAUMGARTEN, Carlos A. & MOREIRA, Maria E. **Literatura e guerra civil de 1893**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993. p. 104-07.

MAYA, Alcides. Inimigos. In: BAUMGARTEN, Carlos A. & MOREIRA, Maria E. **Literatura e guerra civil de 1893**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993. p. 14 - 20.

MIGNOLO, Walter. "Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa." In: **Literatura e história na América Latina**. São Paulo: Edusp, 1995, p. 115- 135.

NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (Org.). **Narrativa***:* ficção e história*.* Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 9-35.

ORNELLAS, Manoelito de. **Gaúchos e Beduínos**: A origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Editorial José Olympio, 1956.

PESAVENTO, Sandra. **A revolução federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da História com a Literatura. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20., 1999, Florianópolis. História: fronteiras. **Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História**. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH, 1999, p. 819-831.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica. 2012.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

RILLO. Apparicio Silva. Bicho Tutu. In: BAUMGARTEN, Carlos A. & MOREIRA, Maria E. **Literatura e guerra civil de 1893**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993. p. 70 - 76.

SANTOS, Luciana Crestana dos. A memória e a modernidade em Velhos Tempos, de Darcy Azambuja. **Revista de Literatura, História e Memória**: Literatura e Cultura na América Latina. Vol. 5. N. 5. Unioeste – Cascavel, 2009. p. 179-191.

VERISSIMO, Erico. Os devaneios do general. In: BAUMGARTEN, Carlos A. & MOREIRA, Maria E. **Literatura e guerra civil de 1893**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993. p. 44 - 51.